

BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 04 - Nº 43 - DEZEMBRO 2019

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



APRESENTAÇÃO

Esta é a última edição de 2019 do **Boletim de Análise da Conjuntura** da Fundação Perseu Abramo. As análises das seções mostram um Brasil muito pior, com aumento da pobreza e desigualdade, caminhando para dados mais alarmantes em 2020. E neste contexto de destruições e desmonte do Estado nacional, desejamos que o próximo ano seja de resistência, luta e conquistas.

Nesta edição, a seção **Internacional** apresenta um balanço dos acontecimentos de 2019 mais relevantes, que são os resultados eleitorais na América Latina e em outras regiões do mundo, as mobilizações na América Latina e os golpes da direita, o processo de impeachment de Trump e a crise ambiental na Amazônia.

A seção **Estado** mostra o projeto de desmonte promovido pelo governo Bolsonaro a partir do programa de privatizações, iniciado três meses após a posse. Meta principal nos cem primeiros dias do governo, além das reformas econômicas ultraliberais e das agendas ideológicas neoconservadoras.

Em **Política e Opinião Pública** é mostrado como Jair Bolsonaro apostou no discurso antipolítico para mobilizar sua base de apoio social e para tentar pressionar o Congresso Nacional a votar sua agenda econômica e social. Atacou muitas vezes o que chama de “velha política” e condenou “velhas práticas”, além de convocar manifestações de rua para “protestar a favor” de seu governo.

Em 2019, o Grupo de Conjuntura da Fundação Perseu Abramo inaugurou a sessão **Judiciário** em suas análises, especialmente para os boletins mensais. Essa decisão foi tomada no contexto de que as decisões do Poder Judiciário ganharam cada vez mais espaço e influência no debate político nacional.

Na seção **Segurança Pública** está o balanço sobre o Pacote de Moro, que foi a principal entrega do Ministério da Justiça e Segurança Pública no ano de 2019. Apesar do texto aprovado no Congresso ter sido bastante modificado, uma agenda de seguran-

ça pública com viés punitivista saiu vitoriosa.

Em **Social** é mostrado que o governo se esmerou em ataques diversos: à educação, em especial à educação superior; nas mudanças na política nacional de saúde mental e na política nacional sobre drogas; nas importantes modificações institucionais na Previdência Social e no mercado de trabalho. Além disso, 2019 se caracterizou por uma ampliação da precarização no mercado de trabalho, com recordes de subutilização e desalento sendo atingidos ao longo do ano.

A seção **Economia** mostra que tivemos mais um ano perdido. Apesar dos anabolizantes injetados pelo governo, o PIB do país deverá fechar 2019 com um crescimento de apenas 1,2%, adiando para 2020 as esperanças de “retomada”, tantas vezes anunciada pelos analistas de mercado desde quando golpearam o mandato de Dilma Rousseff em 2016. Enquanto isso, 25 milhões de brasileiros seguem subocupados, dos quais doze milhões estão desempregados e outros 4,8 milhões nem sequer têm condições para seguir procurando emprego.

Já a seção **Territorial** conta que 2019 foi marcado por quatro grandes desastres ambientais no país que colocaram em debate se o governo federal está preparado para enfrentá-los em pleno um cenário de desestruturação da política ambiental nacional.

Em **Comunicação, são analisadas** as principais notícias sobre Lula e Bolsonaro que mobilizaram as redes sociais em 2019, os temas destacados ao longo do ano pela imprensa internacional e o posicionamento editorial da imprensa tradicional a favor das reformas, em coro com o projeto neoliberal de aniquilação dos direitos sociais e sem espaço para o contraponto.

E por fim, na seção **Movimentos Sociais**, podemos ver que o hiperindividualismo e a equivocada ideia de “empreendedor de si” são obstáculos à maior mobilização. E que a busca dos movimentos sociais pelas bases perdidas começa a alterar formas de ação.

INTERNACIONAL



Nesta edição do boletim apresentamos um balanço dos acontecimentos de 2019 mais relevantes que são os resultados eleitorais na América Latina e em outras regiões do mundo, as mobilizações na América Latina e os golpes da direita, o processo de impeachment de Trump e a crise ambiental na Amazônia.

Principais acontecimentos de 2019

O resultado da eleição parlamentar de 9 de abril em Israel levou o presidente do país, Reuven Rivlin, a convidar Benjamin Netanyahu, do Partido Likud (direita sionista), para compor um novo governo e assim assumir o cargo de primeiro-ministro pela quinta vez, pois, dos candidatos que disputaram, representava o que apresentava maior viabilidade de compor uma coalizão para governar. Isso o tornaria o mais longo no cargo, superando o tempo de mandato de um dos fundadores do Estado de Israel, Ben Gurion. No entanto, ele não conseguiu aglutinar apoio partidário suficiente, e nova eleição foi convocada para o mês de setembro. Desta vez o Likud chegou em segundo lugar, mas Netanyahu obteve novamente a primazia de tentar compor o governo, porém fracassou mais uma vez. Ele chegou a oferecer uma coalizão com o candidato “Azul e Branco”, Benny Gantz, propondo dividir a condução do mandato com dois anos para cada um, mas este respondeu que só aceitaria se o primeiro-ministro indicado pelo Likud não fosse Netanyahu, que será julgado por três crimes nos próximos meses. Foi então oferecida a oportunidade de Gantz compor o governo, mas este já “jogou a toalha” e novas eleições deverão ser convocadas.

Na Espanha também houve duas eleições este ano

e em ambas o PSOE chegou em primeiro lugar, porém sem alcançar a maioria absoluta para governar sozinho. O Unidos-Podemos se dispôs a ingressar em um governo hegemônico pelos socialistas, mas estes entenderam que as reivindicações da esquerda eram incompatíveis com o tamanho da sua bancada e nenhum acordo se viabilizou. Na segunda eleição, em novembro, o PSOE e o Unidos-Podemos perderam algumas cadeiras, enquanto a extrema-direita representada pelo Vox cresceu exponencialmente, principalmente às custas do Ciudadanos, de centro-direita. Desta vez, o PSOE levou em consideração que não há mais bipartidarismo na Espanha (PP x PSOE) e que as coalizões são necessárias para governar. Ofereceu ao Unidos-Podemos praticamente o mesmo acordo que foi rejeitado em abril e, a depender da adesão também de alguns partidos regionais, um novo governo deverá se viabilizar conduzido pelo presidente Pedro Sanchez.

As eleições finlandesas ocorreram dia 14 de abril e deram a primeira colocação para o Partido Social Democrata Finlandês, com quarenta cadeiras de um total de duzentas no parlamento. Em segundo lugar chegou o partido “Os Finlandeses”, com 39 cadeiras. Este é conservador e de extrema-direita no que tange à migração e costumes, além de ser

eurocético e contra o chamado “globalismo”. Recentemente assumiu o cargo de primeira-ministra pelo Social Democratas, Sanna Marin, uma mulher que é hoje a governante mais jovem da Europa.

A Ucrânia entrou para o grupo de países que elegeram um chefe de Estado que se define como anti-sistema. Nas eleições do dia 21 de abril, o ator e comediante Volodimir Zelenski, venceu o atual presidente, Petro Poroshenko, com a expressiva porcentagem de 73% dos votos e irá governar pelos próximos cinco anos. Sem experiência política alguma, Zelenski fez uma campanha com promessas vagas, onde seu carro-chefe foi pregar o fim da corrupção.

Nesse meio tempo houve também novas eleições parlamentares na Áustria, onde a direita sagrou-se vitoriosa após o rompimento com a extrema-direita envolvida em corrupção.

O Partido Social Democrata dinamarquês foi o mais votado nas eleições ocorridas no primeiro semestre e como a soma das cadeiras dos partidos considerados de esquerda foi majoritária, os socialdemocratas obtiveram da rainha a primazia de tentar montar um governo. Foi feito um acordo com este conjunto de partidos para que votassem a favor de um governo social democrata minoritário com apoio deles no parlamento.

O conservador Kyriakos Mitsotakis venceu as eleições parlamentares na Grécia no dia 7 de julho. Seu partido, o Nova Democracia, obteve 39,85% dos votos e a maioria absoluta no parlamento – 158 cadeiras de trezentas – graças ao bônus de cinquenta assentos adicionais que o partido mais votado tem direito. O partido do atual primeiro-ministro Alexis Tsipras, o progressista Syriza, ficou em segundo lugar, com 31,53% dos votos e 86 cadeiras. O Partido Comunista Grego (KKE) obteve 5,3% dos votos e quinze cadeiras, enquanto dois novos partidos, o “Solução Grega” (ECR) conquistou 3,7% dos votos (dez cadeiras) e a “Frente Europeia de Desobediência Realista” (MERA 25), liderada pelo ex-ministro das finanças, Yannis Varoufakis, que rompeu com o Syriza quando este decidiu permanecer na zona do Euro e negociar com a Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) em 2015. A boa notícia é que a extrema-direita representada pelo Partido Aurora Dourada

não alcançou o mínimo de 3% para se fazer representar no parlamento.

A aliança entre os dois partidos que governavam a Itália, o Movimento 5 Estrelas (M5S) e a fascista Liga Norte terminou. O líder da Liga, Matteo Salvini, tentou antecipar as eleições, já que as pesquisas mostravam seu partido bem situado quando foi o mais votado para o Parlamento Europeu. No entanto, o tiro saiu pela culatra: desfez-se o governo e viabilizou-se uma nova composição entre o M5S e o Partido Democrata, mantendo Giuseppe Conte, defenestrado por Salvini do cargo de primeiro-ministro.

Dois meses depois da renúncia de Theresa May, o parlamento de maioria conservadora do Reino Unido escolheu um novo primeiro-ministro, o polêmico ex-prefeito de Londres, Boris Johnson. Ele foi escolhido como líder dos Conservadores e a substituirá após uma série de disputas dentro do partido que terminaram entre Johnson e o ministro das Relações Exteriores, Jeremy Hunt, na qual o primeiro foi eleito com 66% dos votos. Após várias tentativas frustradas de aprovar o encaminhamento do Brexit no parlamento, Johnson propôs antecipar as eleições de 2022 para este ano. Equivocadamente a oposição aceitou e os conservadores obtiveram um resultado expressivo com base no slogan “Vamos concluir o Brexit”, o que deverá ocorrer até janeiro de 2020. Por sua vez, o Partido Trabalhista, que se apresentou com uma plataforma social democrata, embora crescesse nas últimas semanas de campanha, amargou uma derrota sem igual desde 1935.

Um social democrata do PRD foi eleito no mês de maio como presidente do Panamá após uma década de governos de direita. Nas eleições presidenciais realizadas em outubro, confirmou-se a reeleição de Justin Trudeau, do Partido Liberal do Canadá. A esquerda também pode comemorar a eleição da chapa Alberto Fernández e Christina Kirchner já no primeiro turno presidencial argentino e, da mesma forma, a eleição de Axel Kicillof como governador da província de Buenos Aires, a mais importante do país. Na Colômbia houve eleições departamentais e as diversas formações de esquerda e progressistas obtiveram bons resultados. Foi eleita em Bogotá Claudia Lopez, a primeira mulher LGBTQI+ a

governar uma capital na América Latina.

As más notícias ficaram por conta da Bolívia e do Uruguai. Evo Morales, candidato à reeleição na Bolívia, chegou em primeiro lugar e venceu no primeiro turno das eleições presidenciais em 20 de outubro. O resultado foi questionado e após algumas semanas de protestos das forças de direita ele foi pressionado pelo Exército a renunciar, embora se dispusesse a substituir os integrantes do tribunal eleitoral e convocar novas eleições. No Uruguai, o candidato da Frente Ampla, Daniel Martinez, foi o primeiro colocado no primeiro turno da eleição presidencial com 38% dos votos, mas a direita toda se uniu no segundo turno em torno do candidato Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional (Blanco) e este venceu, mas com uma diferença de apenas trinta mil votos, menos de 1%, contrariando as pesquisas que lhe davam uma diferença bem maior.

O começo de 2019 foi conturbado para a Venezuela, país que há alguns anos passa por uma grave crise econômica e política. Logo após Nicolás Maduro, do PSUV, tomar posse para seu segundo mandato no dia 10 de janeiro, o opositor Juan Guaidó, do partido Voluntad Popular de extrema-direita e presidente da Assembleia Nacional, se autodeclarou presidente interino, tentando solapar as eleições de maio de 2018 que haviam dado a vitória a Maduro. Guaidó foi respaldado por vários países como Estados Unidos, Canadá, alguns países europeus e da América do Sul governados pela direita, particularmente Brasil e Colômbia, que fazem parte do Grupo de Lima. Este grupo, além de hostilizar o governo venezuelano, vem tentando boicotar várias iniciativas de integração, como o Mercosul. Recentemente o Brasil e outros oficializaram sua saída do bloco União das Nações Sul-Americanas (Unasul). O episódio marca o constante enfraquecimento de um projeto soberano de política externa, bem como uma guinada nas relações entre os países da região com os Estados Unidos.

O ano foi também marcado por fortes mobilizações populares em vários países do continente, a começar pelo povo haitiano, revoltado com as políticas do presidente Jovenel Moise e o acordo assinado com o FMI, seguidas pelas greves de pro-

fessores e trabalhadores da saúde contra os planos de privatização das políticas públicas do ilegítimo presidente de Honduras, que venceu as duas últimas eleições por meio de fraudes, Juan Orlando Hernández, do Partido Nacional (conservador de direita). Estas transformaram-se em uma grande mobilização popular pela sua destituição, inclusive com a participação das forças policiais, que também aderiram num primeiro momento.

Manifestações semelhantes contra as políticas neoliberais incendiaram outros países, como o Equador, onde o governo teve de recuar da intenção de cortar os subsídios aos combustíveis; Chile e Colômbia, onde as mobilizações continuam, no caso do primeiro já por dois meses. Estas mobilizações custaram mais de uma centena de mortes nesses países e, particularmente no Chile, registraram-se torturas e estupros de prisioneiros, além de a polícia ter disparado balas de borracha à altura dos olhos e misturar soda cáustica na água utilizada para reprimir os manifestantes com o intuito de cegá-los. Denunciou-se que aproximadamente trezentas pessoas sofreram ferimentos nos olhos.

O Congresso estadunidense deu início a um processo de impeachment do presidente Donald Trump, em setembro, devido aos indícios de que teria chantageado o novo presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, para investigar os negócios do filho de Joe Biden naquele país, uma vez que Biden era o candidato democrata à presidência que atingia os melhores resultados nas pesquisas eleitorais para 2010. Entretanto, dificilmente o processo vencerá no Senado, onde os republicanos têm expressiva maioria.

Por fim, a crise ambiental na Amazônia iniciada com o aumento extraordinário dos índices de queimadas e devastação da floresta em agosto e que se mantém até o momento expôs ao mundo a faceta anti meio ambiente do governo Bolsonaro, que se soma a várias outras posições contra os direitos humanos na esfera internacional, além de seu alinhamento automático a governos como o dos Estados Unidos e Israel em troca de nada. O profissionalismo, a boa imagem e o respeito que tradicionalmente a diplomacia brasileira possuía e que galgou vários degraus a mais durante o governo Lula (2003-2010) foram para o lixo.



O governo Bolsonaro começou seu programa de privatizações três meses após a posse. Já no mês de março, realizou o primeiro grande leilão na área de infraestrutura vendendo doze aeroportos das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do país por 2,377 bilhões de reais.

2019 - O início do desmonte do Estado brasileiro

A negociação foi marcada pela subvalorização dos aeroportos ofertados e pela ampliação da entrada de empresas estrangeiras no setor aeroportuário brasileiro.

A subvalorização dos ativos públicos, método que viria a se tornar padrão nas outras privatizações ao longo do ano, permitiu gerar uma ilusão de que o ágio, neste primeiro negócio, ficasse em torno de 900%. Mas isso só foi possível porque o governo subestimou em 2,158 bilhões de reais o valor total da venda. Além desse valor à vista, as regras previam uma outorga variável que deve ser paga ao longo dos próximos trinta anos de concessão. O valor deve chegar a cerca de 1,9 bilhão de reais para o conjunto dos três blocos de aeroportos concedidos.

Outro fato, pouco destacado nas notícias, é que uma das grandes vencedoras do leilão, a espanhola Aena, é uma empresa estatal.

A meta estabelecida pelo governo é de transferir para a iniciativa privada todos os aeroportos da Infraero até o final da atual gestão. A serem mantidas essas condições, os ganhos serão do capital privado internacional e as perdas serão dos usuários dos

aeroportos e da infraestrutura do país.

Nos cem primeiros dias do governo Bolsonaro, além das reformas econômicas ultraliberais e das agendas ideológicas neoconservadoras, uma pauta silenciosa teve presença constante nos atos e verbos do Executivo: as transformações estruturais na indústria nacional de petróleo e gás.

As medidas de desmonte levadas a cabo pelo governo foram inúmeras, mas chegaram ao debate público por ocasião das declarações e decisões em torno da política de preços dos combustíveis. Entretanto, em meio a estas decisões, o dado que mais deve interessar é a taxa de utilização das refinarias, que alcançou 96,1% no final do governo Dilma e caiu para 74,2% no final do governo Temer. Tal capacidade ociosa foi criada deliberadamente com a intenção de abrir o mercado brasileiro para a entrada de novos traders importadores.

A subutilização do parque de refino estatal deve ser entendida como pressuposto para o anúncio de que a Petrobras deve se desfazer de metade de suas refinarias nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Privatizações

"Vamos desindexar, desvincular e desobrigar todas as despesas de todos os entes federativos", afirmou Paulo Guedes, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, no início de setembro. E completou: "Eu quero privatizar todas as empresas estatais". Segundo ele, a ideia é fazer uma lista das empresas públicas a serem alienadas, que será submetida ao presidente da República. Aprovada, ela será enviada ao TCU e encaminhada ao Congresso, para aprovação de uma lei autorizando a inclusão dessas empresas no Programa de Desestatização.

Onyx Lorenzoni, em palestra na Câmara da Indústria, Comércio e Serviços (CIC) de Caxias do Sul, reforçou a política do governo e defendeu o plano de privatizações de estatais. Disse que deverão ser realizados leilões de rodovias, empresas de energia, comunicação, óleo e aço. "Porque, Deus nos livre! Mas o dia que eles [se referindo ao PT] voltarem, eles não vão ter nada para parasitar, porque vai estar tudo vendido", complementou.

Este programa foi considerado "colossal" pelo presidente do conselho empresarial Brasil-Rússia, o bilionário Andrey Guryev. Após uma reunião com Onyx Lorenzoni, durante a Cúpula dos Brics, ele declarou: "Acho que é um programa fenomenal – aliás, é o maior programa de privatizações no mundo. São quatrocentos bilhões de dólares em privatizações. É claro que um programa tão colossal precisa não apenas de recursos financeiros, mas também de conhecimento, experiência e participação ativa de várias empresas grandes".

Na batalha para convencer os brasileiros a aceitarem este programa "colossal", o governo Bolsonaro inflou o número ao incluir mais de quatrocentas empresas, coligadas ou sem influência da União, entre as estatais. "Em janeiro, quando assumimos o governo, encontramos 134 estatais. Fizemos uma revisão nos números e, decorridos esses primeiros nove meses, encontramos mais de seiscentos negócios nos quais o governo tem participação. Estamos buscando transparência para que sociedade saiba onde estamos investindo o dinheiro do pagador de impostos", disse o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do

Ministério da Economia, Salim Mattar, chamando a atenção para a necessidade de reduzir o tamanho do Estado.

De acordo com os dados apresentados, a União gastou 190 bilhões de reais nas empresas estatais nos últimos dez anos. Foram 160 bilhões de reais para cobrir custos das dependentes da União e trinta bilhões de reais para ajudar as não-dependentes.

Estes dados foram divulgados em 11 de outubro, junto com a 11ª edição do Boletim das Estatais Federais, um balanço trimestral sobre as empresas estatais brasileiras. O acréscimo substancial no número de subsidiárias, por exemplo, de 87 para 158, é fruto dessa nova metodologia de classificação.

Pelos critérios adotados até a gestão de Michel Temer eram 133 companhias que estavam ligadas à União. Pela recontagem do governo Bolsonaro elas passaram a 204. Sendo que, destas, 45 têm sede no exterior.

A União tem o controle direto de 46 dessas empresas. E são 158 subsidiárias, cujo controle é indireto, pois pertencem a uma das seis estatais-mães (Petrobras, Eletrobras, Caixa, Banco do Brasil, BNDES e Correios). Antes da recontagem, eram 46 estatais de controle direto e 87 subsidiárias.

Até março, eram 162 subsidiárias, já sob os novos critérios. As quatro empresas que saíram da lista foram a BR Distribuidora e Strutura Asfaltos, que pertenciam à Petrobras e que foram vendidas; a Logigás foi incorporada pela própria Petrobras; e a BB Turismo, agência do Banco do Brasil, está em processo de liquidação.

Pelo novo método de contabilidade destas empresas, as Sociedades de Propósito Específico (SPEs) passaram a ser consideradas como subsidiárias. As SPEs são sociedades – parcerias entre entes públicos e/ou privados – com um fim predefinido. Foram criadas a partir de 2004 para impulsionar as parcerias público-privadas (PPPs), com o objetivo de construir grandes projetos de infraestrutura, como obras de usinas hidrelétricas ou de construção civil. Quando a empresa conclui o serviço, deve ser encerrada ou assumir necessariamente um outro serviço da mesma natureza.

As 42 SPEs que passaram a ser consideradas empresas subsidiárias são todas vinculadas à Eletrobras. A fatia da estatal nessas sociedades varia de 15% a 99,9% do capital. A Eletrobras colocou à venda a sua participação em 39 dessas SPEs, das quais 38 geradoras de energia eólica e uma transmissora de energia.

Segundo estudo feito pelo jornal *Gazeta do Povo*, "além das SPEs, o Ministério da Economia incluiu como subsidiárias trinta empresas internacionais ligadas ao Banco do Brasil, Caixa, Eletrobras e Petrobras. Com isso, o número de subsidiárias no exterior subiu para 45. Também foram incluídas como subsidiárias mais três empresas nacionais ligadas a estatais-mães."

O número de estatais de controle direto não mudou e continuam sendo 46, sendo 28 empresas independentes e dezoito dependentes de recursos do orçamento da União.

O objetivo da atualização dos dados, segundo o documento divulgado pelo Ministério da Economia, foi "conferir transparência quanto às informações prestadas à sociedade e aos órgãos de controle" e que "estes dados irão fundamentar todos os estudos de privatizações e desinvestimentos estatais de forma a continuar o grande processo de transformação do Estado no qual estamos diretamente inseridos", deixando ainda mais evidente o caráter político da recontagem.

Com estes novos critérios, o governo concluiu que há, ao todo, 637 empresas sob influência do Estado. Esse número, divulgado no começo do mês, inclui:

- 46 estatais de controle direto;
- 159 subsidiárias;

E as novidades são:

- 233 coligadas (empresas que estatais ou subsidiárias têm influência);
- 199 simples participação (empresas nas quais as empresas de controle direto ou suas subsidiárias não têm influência, só participação).

Total: 432

As classificações "coligadas" e "simples participação" foram criadas pelo governo Bolsonaro com

o objetivo de mostrar o "gigantismo" da máquina estatal brasileira. Segundo o próprio secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, o objetivo da reclassificação foi mostrar para toda a sociedade o tamanho do Estado e a influência que ele tem em diversas empresas. Os governos anteriores trabalhavam somente com o número de estatais de controle direto e subsidiárias.

Na sequência desta recontagem, o Ministério da Economia trabalha para apresentar a chamada lei delegada, que permite que o Congresso autorize, de uma só vez, a venda de estatais em série. Entretanto, este debate não deverá ser tranquilo.

E o ano acaba com a privatização de mais um setor fundamental para a população. O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no início de dezembro, o projeto de lei do novo marco do saneamento básico, que facilita a privatização de estatais de água e esgoto e prorroga o prazo para o fim dos lixões.

BNDES

Como se sabe, o BNDES é um dos principais bancos de desenvolvimento do mundo. Sua história está ligada a uma ampla variedade de missões. A infraestrutura foi sua missão fundadora, depois vieram a consolidação da industrialização, a inserção competitiva global, o incentivo ao avanço das exportações, entre outras. Para cumprir sua missão, o BNDES conta com uma fonte de recursos estável, uma parcela de 40% das receitas do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

É nesse cenário que se insere a investida contra o BNDES proposta pela reforma da Previdência. A indicação de mudança no artigo 239 da Constituição Federal visa retirar 40% da arrecadação do FAT como componente das fontes de recursos do BNDES.

Em trinta anos de existência do FAT foram desembolsados pelo BNDES mais de 662 bilhões de dólares, atendendo a mais de um milhão de empresas, em 96% das cidades brasileiras. Tais recursos contribuíram para gerar e manter dez milhões de empregos diretos e indiretos, de 1996 a 2017.

Só na infraestrutura deixarão de ser criados 5,5 milhões de empregos em dez anos e comprometerá

a urgente recuperação da infraestrutura brasileira, que atualmente ocupa a 73ª colocação no ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial (pilar de infraestrutura). Para ficar entre os vinte melhores países do mundo são necessários 450 bilhões de reais de investimento por ano nas próximas duas décadas.

Mais ainda, os recursos do FAT contribuem para reduzir as desigualdades regionais. Exemplo disso é o apoio a pequenas empresas de telecomunicações, que levou internet de banda larga, TV e telefonia a centenas de municípios do interior do Nordeste. A

região também foi beneficiada com o crescimento da energia eólica, cuja potência instalada de 2007 a 2016 foi quase toda financiada pelo BNDES (77%).

A sanha privatista contra o Banco foi reafirmada por Paulo Guedes, na entrevista ao jornal *Valor Econômico*, quando, em meio ao anúncio das várias metas do governo, retirou o Social do "S" do BNDES. "Tenho que reconfigurá-lo para ser o BNDES com o 'S' de saneamento e não das empresas campeãs nacionais ou das parcerias com países estrangeiros de esquerda", disse.

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



O presidente Jair Bolsonaro apostou no discurso antipolítico para mobilizar sua base de apoio social e para tentar pressionar o Congresso Nacional a votar sua agenda econômica e social. Atacou muitas vezes o que chama de “velha política” e condenou “velhas práticas”, além de convocar manifestações de rua para “protestar a favor” de seu governo, de propostas como a reforma da Previdência e do pacote anticrime de Sergio Moro.

Bolsonaro em 2019: austeridade, crises, denúncias e baixa aprovação

Em maio, Bolsonaro divulgou uma carta na qual afirmara que o Brasil é “ingovernável” fora dos conchavos, diante dos quais o presidente não teria poder algum frente às “corporações”, e que era impossível atender à vontade dos eleitores por causa de interesses escusos. E que nesta toada o país daria “adeus Moro, Mansueto e Guedes”, referindo-se ao ministro da Justiça, ao secretário do Tesouro Nacional e ao titular da pasta da Economia.

Isso não impediu, no entanto, que Maia fosse o grande articulador dos projetos econômicos que interessavam ao mercado, e consequentemente, ao Planalto, e que 1,135 bilhão de reais em emendas parlamentares fossem liberados pelo governo em troca da aprovação da reforma da Previdência na Câmara. O governo foi derrotado no primeiro semestre em algumas matérias, como a PEC do Orçamento

Impositivo e o decreto do porte de armas, mas a reforma da Previdência tramitou e foi aprovada com sucesso, apesar das mudanças pelas quais passou.

Na volta do recesso parlamentar, em agosto, a Câmara aprovou a reforma, com 370 votos a favor, 124 contrários e uma abstenção. A PEC da reforma da Previdência chegou ao Senado no dia 8 do mesmo mês, e também foi aprovada em dois turnos.

Após a aprovação da Previdência, três outras reformas devem ser o foco do governo para o ano que vem: uma reforma Administrativa, revisões no pacto federativo e na estrutura tributária. Entre as principais medidas da Administrativa está a contratação dos servidores públicos sem estabilidade, tanto de celetistas (o que é vedado pela Constituição) quanto para funcionários temporários e concursados.

Em novembro, Bolsonaro entregou ao Senado

um pacote de medidas econômicas batizado de “Plano Mais Brasil”. São três Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que tratam de ajuste fiscal no âmbito da União e dos estados e municípios e colocam uma transformação do Estado brasileiro, em várias dimensões.

As PECs apresentadas dizem respeito a um novo pacto federativo, que descentraliza recursos da União para estados e municípios, em um montante de cerca de quatrocentos bilhões de reais nos próximos quinze anos, para serem investidos em saúde, educação, saneamento e segurança. A PEC do pacto federativo muda a repartição de recursos da União, nos moldes já proposto para a repartição dos lucros do pré-sal.

A PEC Emergencial, trabalhada no âmbito da reforma Administrativa, cria gatilhos para redução de despesas com servidores públicos quando houver dificuldade nas contas públicas e estabelece uma série de medidas "de estabilização e ajuste fiscal" para enxugar o orçamento, a serem tomadas nas ocasiões em que o governo descumprir a regra de ouro. A PEC permite, por exemplo, que o governo reduza temporariamente a jornada de trabalho dos servidores em até 25%, com diminuição proporcional de salários.

Já a PEC dos Fundos Públicos prevê a revisão de 281 fundos públicos, a fim de liberar 220 bilhões de reais e reduzir a dívida pública federal dentro da lógica de desvincular, desobrigar e desindexar o orçamento. Os fundos públicos especiais são mantidos por recursos vinculados a receitas específicas, como tributos e royalties. Entre os fundos públicos que podem vir a ser desvinculados ou extintos estão o Fundo Nacional de Cultura e o Setorial de Audiovisual.

O governo Bolsonaro conseguiu, no ano de 2019, emplacar projetos relevantes de sua agenda econômica. Se não encontra o mesmo apoio em sua agenda autoritária, repressiva e conservadora do ponto de vista social, e por vezes enfrenta até oposição dos editoriais e de figuras relevantes do cenário político e econômico nacional nestes temas, estes mesmos não apenas legitimam a agenda neoliberal de Bolsonaro, como a apoiam declaradamente. Projetos como a reforma da Previdência e demais ataques a direitos garantidos na Constituição de 1988

contaram com o apoio da grande imprensa, do empresariado, do mercado financeiro e de lideranças do cenário político nacional, do centro à direita. O que deixa claro que não são apenas os bolsonaristas que vão às ruas para pedir o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal que garantem a sobrevivência do governo, mas também os setores ligados ao mercado que legitimam diariamente a dupla Bolsonaro e Guedes.

Crises em um governo sem coalizão

O primeiro ano do governo Bolsonaro foi marcado por crises. Já em abril o governo demonstrou dificuldades na articulação política de sua agenda, em especial após entrar em rota de colisão com Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, com o início da tramitação da reforma da Previdência. A princípio, tanto o centrão, como seu próprio partido, o PSL, cobraram maior diálogo por parte do governo.

A reforma da Previdência foi o grande estopim das disputas, que fez com que Paulo Guedes, uma das figuras centrais do governo, chegasse a ameaçar pedir demissão se a proposta fosse muito desidratada. O clima se manteve tenso entre Congresso e governo, até a votação. A disputa deixou claro que o objetivo do governo era transferir o ônus da aprovação deste projeto impopular para os parlamentares.

O centrão, bloco formado por partidos de centro e centro-direita, como o MDB, PP, PL (antigo PR) entre outros, passou a ser o principal ator institucional do Congresso a pressionar o governo e seus articuladores. Com cerca de 250 votos, o centrão reivindicava mais autonomia do Congresso e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se comprometeu a “fazer o país andar”.

As crises do governo também se refletiram sobre os órgãos de fiscalização e controle. Na reorganização do governo, retirou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça, repassando-o para o Ministério da Economia. Bolsonaro criticou o que chamou "superpoderes" do Legislativo e atacou o Congresso, acusando parlamentares de tentarem reduzir seu poder, transformando-o em uma espécie de "rainha da

Inglaterra". O presidente da Câmara reagiu à crítica. As declarações ocorreram no momento em que o Congresso buscava ganhar protagonismo, adotando uma agenda própria.

Houve intervenção direta do Planalto no Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf), e em outros dois órgãos de controle e investigação de combate à corrupção que podiam afetar a família Bolsonaro, como a Polícia Federal (PF) e a Receita Federal (RF). A substituição do superintendente da Polícia Federal no Rio, Ricardo Saadi, pelo delegado Alexandre Saraiva, amigo da família, se deu após suposto direcionamento de investigação pela PF do Rio sobre o deputado Hélio Lopes (PSL-RJ), aliado de Bolsonaro e do vereador Carlos Bolsonaro.

Para o comando da PF, Bolsonaro nomeou o delegado Carlos Henrique Oliveira Sousa. Na Receita Federal, determinou a substituição do superintendente do órgão no Rio, Mário Dehon, e dos delegados da Receita no Porto de Itaguaí (RJ), José Alex Nobrega de Oliveira, e na Barra da Tijuca, Fábio Cardoso do Amaral, alegando claramente que “fizeram uma devassa na vida financeira dos meus familiares”, e quem assumiu o cargo foi Assis Ferraz Neto, auditor fiscal. Bolsonaro tem sido explícito na defesa de seus interesses e no desvio das investigações e suspeitas sobre seus familiares, ainda que com isso comprometa a autonomia das instituições.

Outra crise presente no governo foi entre os chamados “olavistas” e os militares, cujo principal foco foi centrado nas figuras do ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz, e do ex-comandante do Exército, general da reserva Eduardo Villas Bôas. O confronto colocou o vice-presidente Hamilton Mourão, em oposição à ala “olavista” ao reagir aos ataques de Olavo de Carvalho contra a cúpula militar. Houve uma verdadeira campanha do filho do presidente, Carlos Bolsonaro, contra o vice-presidente general Hamilton Mourão.

Após a discussão, o governo determinou um corte de 44% nos recursos destinados ao Ministério da Defesa, que passou a ser o segundo ministério que mais sofreu cortes, atrás apenas do Ministério da Educação. No mês de junho, o governo demitiu três integrantes da “ala militar”. A mais impactante foi a saída do então ministro da Secretaria de Gover-

no, o general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, após embate com o filho do presidente, Carlos Bolsonaro. Santos Cruz foi substituído pelo comandante militar do Sudeste, Luiz Eduardo Ramos.

Também foram exonerados o general Franklimberg Ribeiro de Freitas, presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), e o general da reserva Juarez Aparecido de Paula Cunha, que ocupava a presidência dos Correios. A troca de cadeiras entre militares no governo não deve ser entendida como perda de forças do grupo no setor.

Não satisfeito com as intrigas geradas no âmbito nacional, Bolsonaro foi mais longe e atacou grosseiramente a comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e ex-presidenta do Chile, Bachelet, dizendo que se intrometia em assuntos internos e na soberania brasileira, devido ao comentário da comissão que o Brasil estava perdendo espaço democrático. Também atacou o presidente da França, Macron, devido à questão ambiental na Amazônia, o que gerou hostilidade para o Brasil no encontro da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), onde Bolsonaro fez um discurso agressivo aos países que questionam a política de desmatamento, acusando-os de publicar “mentiras” sobre as queimadas.

Para terminar o primeiro ano de governo, Bolsonaro rompeu, em outubro, com o partido pelo qual se elegeu em 2018, o Partido Social Liberal (PSL), legenda com a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados, com 52 parlamentares, além de quatro senadores e três governadores. A punição, entre suspensão das atividades partidárias e expulsão de parlamentares, ainda está em trâmite e levará à possível criação de novo partido, ainda em discussão.

Denúncias contra o governo

Contra o governo pesam as denúncias sobre o laranjal do PSL, que implicam Bolsonaro e o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, em esquemas de caixa 2, que desviava recursos de candidatas laranjas para a campanha do presidente, o que levou a ruptura com o ex chefe da Casa Civil, Gustav Briebano e o líder do PSL, Luciano Bivar.

O caso Queiróz também foi destaque de importantes denúncias contra o governo, em especial, à família Bolsonaro. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro determinou a quebra de sigilos bancário e fiscal de Fabrício Queiroz, assessor de Flávio Bolsonaro, quando era deputado estadual pelo Rio de Janeiro. O Relatório enviado pelo Coaf identificou movimentação financeira de mais de 650 milhões de reais por Fabrício Queiroz, oriundos de depósitos de servidores da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), típicas de uma operação conhecida como “rachadinha”. Tais investigações seguem mostrando a influência do ex-assessor para nomear pessoas que nunca pisaram no gabinete de Flávio ou até de Jair Bolsonaro quando este era deputado federal, incluindo aquelas vinculadas a milícias cariocas.

O inquérito contra Queiróz apurou também a contratação de Adriano Magalhães da Nóbrega, um dos chefes do Escritório do Crime, organização miliciana do Rio de Janeiro envolvida no assassinato de Marielle Franco, pelo gabinete de Flávio. O senador pediu a anulação da investigação e acusou o MP de vaziar informações sigilosas, com o objetivo de atingir o governo de Jair Bolsonaro.

Por fim, denúncias de um porteiro do condomínio onde Bolsonaro tem casa sugerem um envolvimento ainda mais direto dele ou seus familiares com a morte da vereadora em 2018. Os executores estiveram no condomínio no dia do crime e há fortes indícios de que Bolsonaro estava no local e recebeu os criminosos.

Opinião Pública: baixa aprovação

As primeiras pesquisas de avaliação de governo após a posse, realizadas pela CNT/MDA, de 21 a 23 de fevereiro, indicavam que 38,9% aprovavam o novo governo de Jair Bolsonaro, 29% o avaliavam de modo regular e 19% tinham avaliação negativa sobre ele. E também que menos da metade da população (43,4%) aprovava a reforma da Previdência, principal medida a ser adotada pelo novo governo. O valor do salário mínimo estabelecido em 998 reais no início do ano também era desaprovado por dois terços da população (66,9%) e mais

da metade (52,6%) desaprovava o decreto que flexibilizava a posse de armas. Já o Pacote Anticrime, apresentado por Sergio Moro, teve 62% de aprovação em fevereiro.

Em março, pesquisa do Ipsos realizada entre os dias 11 e 13 indicava que o governo de Jair Bolsonaro era avaliado positivamente por 37% da população. A avaliação negativa evoluiu para 24%, de janeiro a março, e a avaliação regular ficou em 32%. Pesquisa realizada pelo Ibope entre 16 e 19 de março, registrou queda de quinze pontos na avaliação positiva do governo Jair Bolsonaro, de janeiro a março. Com queda de 49% de avaliação positiva em janeiro, para 34% em março.

Aos cem dias de governo, o Datafolha mostrou que 32% consideram o governo Bolsonaro ótimo ou bom, 33% regular e 30% ruim ou péssimo. O Vox Populi seguiu a mesma tendência, com 34% de avaliação positiva, o mesmo índice como regular e 24% de avaliação negativa do governo Bolsonaro.

O Vox apurou que à época um terço da população (34%) se considerava pró-Bolsonaro, o mesmo índice se considerava neutro (34%) e 30% se diziam anti-Bolsonaro. Mais da metade da população (55%) já nesta data reconhecia que a prisão de Lula se deu por motivos políticos e que Moro o prendeu para impedir que fosse candidato a presidente (49%). O Vox Populi também levantou que 65% dos brasileiros eram contra a proposta de reforma da Previdência, enquanto para o Datafolha, no mesmo período, 51% rejeitavam a reforma da Previdência e 41% eram favoráveis.

Um levantamento feito pelo Instituto Ipsos constatou que a polarização política no Brasil atingiu um índice de intolerância que supera a média internacional. Os brasileiros estão menos propensos a aceitar as diferenças e o radicalismo nas discussões político-partidárias. Para 84% dos brasileiros o Brasil está dividido e diferenças políticas e econômicas são as principais causas da polarização. Segundo o instituto, 32% dos brasileiros acreditam que não vale a pena tentar conversar com pessoas que tenham visões políticas diferentes das suas.

Logo após as denúncias contra a Lava Jato pela Intelect Brasil, pesquisa Atlas Brasil, realizada entre

10 e 12 de junho revelou que 73,4% dos entrevistados tomaram conhecimento das denúncias da Vaza Jato, embora a maioria dos veículos da grande mídia tenha divulgado pouco. Entre os que souberam, 58% consideram as práticas adotadas pela dupla Moro e Dallagnol incorretas para um juiz e que os princípios constitucionais e do Código Penal Brasileiro foram transgredidos.

Em julho, o Instituto Datafolha divulgou que o governo Bolsonaro tinha avaliação positiva e negativa de 33%, enquanto 31% avaliavam o governo Bolsonaro como regular, reafirmando o clima de polarização. De acordo com o instituto, 63% têm conhecimento da Vaza Jato e 58% consideram inadequada a conduta de Moro revelada nas conversas, mesmo número que considera que as decisões do ex-juiz deveriam ser revistas. A avaliação da Operação Lava Jato foi considerada positiva por 55%, 24% a consideraram regular e 18% negativa.

A prisão de Lula foi considerada justa por 54%, ante 42% que a consideraram injusta. Na época o Datafolha apontou o Partido dos Trabalhadores como aquele com maior preferência entre os brasileiros, com 17%, seguido do PSL (4%), do MDB (2%) e do PSDB (2%).

Em agosto, Pesquisa CNT/MDA, mostrou a desaprovação ao governo Bolsonaro em 39,5%, enquanto a avaliação positiva do governo era de 29,4%.

A primeira pesquisa divulgada após a libertação de Lula, em 8 de novembro, foi a realizada pela plataforma Atlas Político, e revelou que 42% conside-

ravam a prisão de Lula injusta e 44% eram contra a prisão do ex-presidente, muito embora 56,5% fossem contra a decisão do STF que suspendeu a execução da prisão após o julgamento em segunda instância.

Pela primeira vez a avaliação negativa do governo Bolsonaro ultrapassou os 40%, chegando a 42%, quinze pontos percentuais a mais do que a avaliação positiva (27%), enquanto 30% avaliam como regular. A pesquisa XP/Ipespe confirmou a tendência com avaliação negativa do governo em 39%, positiva em 32% e 18% regular.

Na última pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto Datafolha entre os dias 5 e 6 de dezembro, a aprovação ao governo Bolsonaro oscilou de 29% no final de agosto para 30%, sua reprovação passou de 38% para 36%, e a taxa dos que o avaliam como regular passou de 30% para 32%.

Consolidada a liberdade de Lula, mais da metade da população brasileira (54%) considera justa a libertação do ex-presidente, frente a uma parcela menor, de 42%, que considera injusta. A confiança no ex-presidente é de cerca de dois terços da população (61%), dos quais 25% sempre acreditam nas declarações de Lula e 36% às vezes.

Comparativamente, a confiança no atual presidente Jair Bolsonaro é bem menor. A pesquisa mostra que 80% da população não confia nas declarações de Jair Bolsonaro, a maior parcela (43%) nunca confia no que Bolsonaro diz e 37% acreditam apenas às vezes nas declarações de Bolsonaro.

JUDICIÁRIO



Em 2019, o Grupo de Conjuntura da Fundação Perseu Abramo inaugurou a sessão Judiciário em suas análises, especialmente para os boletins mensais. Essa decisão foi tomada no contexto de que as ações do Poder Judiciário ganharam cada vez mais espaço e influência no debate político nacional.

Judiciário elitista corrobora desigualdades sociais

É verdade que desde 2005 o PT precisou cada vez mais lidar com a face mais obscura do Judiciário brasileiro. As sucessivas vitórias eleitorais apenas pioraram esse contexto. O livro *Poder e Corrupção no Capitalismo*, lançado pela FPA em 2017, já alertava sobre a composição elitista do poder togado, marcado pela prevalência dos valores liberais, uma enorme leniência com atos de governo em benefício do “mercado” e um silêncio sepulcral com as desigualdades e injustiças que marcam a história brasileira. Por isso analisar a conjuntura sob a ótica do Judiciário apenas ganhou importância durante este ano.

Em 2019, a soltura de Lula aponta muito mais para uma composição conjuntural de correlação de forças do que especificamente uma visão de justiça e reparação. Fosse a segunda razão, o Judiciário teria solucionado o caso Marielle Franco, impedido as atrocidades estruturadas no governo do estado do Rio de Janeiro que mataram crianças, pessoas inocentes e empilham corpos diariamente. Números divulgados dão conta do aumento de 46% da violência policial no estado, sem nenhuma ação efetiva do Judiciário para investigar as razões profundas desses números.

Fosse diferente, o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) não teria homologado a constitucionalidade de diversos pontos da reforma trabalhista e de leis posteriores que destruíram o direito de defesa da classe trabalhadora. Essas questões marcaram uma redução histórica de processos trabalhistas sem que isso significasse avanço na proteção dos trabalhadores. As novas leis afetaram a regulação do mercado de trabalho e acabaram por lançar mais de quarenta milhões de pessoas em condições de trabalho ainda mais precárias num curtíssimo tempo. E para o Judiciário isso significou a redução de 31,8% de reclamações trabalhistas.

A partir desses pressupostos de análise é essencial a compreensão de que a soltura de Lula se deu em uma perspectiva pontual da correlação de forças do STF, e não numa correção de rumos da democracia brasileira.

O Supremo possui hoje uma disputa de entendimento global sobre o direito e, reiteradamente, os resultados das decisões têm comprovado essa divisão. Uma parcela de ministros está mais alinhada ao pensamento dominante do governo brasileiro e apoia as restrições da democracia em função do

combate de “inimigos nacionais” como a corrupção, por exemplo. Uma corrupção bem específica e delineada em ações do Estado, sem a compreensão de que se trata de um elemento derivado do capitalismo e não uma “degradação moral do Estado”.

Do outro lado, há ministros que defendem as instituições democráticas e um modelo de Estado mais alinhado à Constituição de 1988. E nada além disso. Quando o assunto é combater desigualdades, evitar o desmonte do Estado via privatizações, declarar a inconstitucionalidade da reforma trabalhista, da reforma da Previdência, das medidas provisórias que achacam o povo pobre diariamente, o silêncio dos ministros é contundente.

Essa é uma análise específica do STF, que detém o controle concentrado de constitucionalidade. Quando baixamos aos demais tribunais, ao dia a dia do Judiciário, a situação é igualmente preocupante.

Essas são as razões primordiais para a compreensão de que a disputa de sociedade por dentro da institucionalidade do Judiciário está fadada ao fracasso. É por isso que o Pacote Anticrime não pode ser comemorado e ainda que tenha sido “aliviado”, ele segue sendo uma enorme tragédia social. Num país cujo sistema ativa as desigualdades históricas, qualquer aumento de pena servirá a esse senhor e jamais a uma concepção social de justiça.

Basta uma caminhada em uma favela brasileira e será possível perceber qual é a concepção social de justiça que lá se constrói. A verdade crua é que nas quebradas brasileiras não se sabe mais quem é o inimigo e quem está combatendo quem. O certo

deve estar pelo certo, e nada mais.

O Brasil é um país marcado pela violência de Estado, pela formação de estruturas ora milicianas ora de crime organizado, pela hipervalorização do mercado nas decisões judiciais, por uma desigualdade profunda e histórica, e não é mais possível evitar a leitura de que o Judiciário é parte dessa engrenagem.

Mesmo teóricos liberais do direito já apontam que o conhecimento jurídico se constrói com base em linguagem e exercício da força. Em outras palavras, o conhecimento popular diria que o papel aceita tudo e manda quem pode, obedece quem tem juízo.

O direito precisa de alguma forma ser convertido em um instrumento de justiça social. E a resposta para isso deve ser dada pelo povo, na política e na livre manifestação do pensamento e da organização social. A esquerda e o direito sempre terão uma relação conturbada e complexa. Nenhuma análise pode se esquecer disso. As análises, formulações e sobretudo a prática política precisam voltar-se a isso. Se a história já não nos ensinou de forma contundente, precisamos aprender com 2019.

Ano da Vaza Jato, do fracasso de Moro na política e sua decisão por se submeter as intempéries pueris do presidente brasileiro. Foi o ano do brutal assassinato da menina Ágatha, do massacre do baile funk em Paraisópolis, foi o ano em que o povo mais uma vez viu o Estado a serviço do interesse de poucos e do aprofundamento da desigualdade de muitos. Não há muito o que comemorar. Mas as reflexões são importantes nesse período, e desistir não é uma opção.

SEGURANÇA PÚBLICA



O Pacote de Moro foi a principal entrega do Ministério da Justiça e Segurança Pública no ano de 2019. Apesar do texto aprovado no Congresso ter sido bastante modificado, uma agenda de segurança pública com viés punitivista saiu vitoriosa. A nova lei segue para sanção do presidente.

O ano de 2019 e o Pacote de Moro

O plenário do Senado aprovou no último dia 11 de dezembro o projeto de lei (PL) 6.341/2019, o chamado Pacote de Moro. Senadores aprovaram o texto exato enviado pela Câmara dos Deputados na semana anterior.

O projeto foi enviado ao Congresso pelo ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro ainda em fevereiro e sua tramitação passou a ser um termômetro da força do ex-juiz dentro do governo. Desde o primeiro instante que o texto foi publicizado passou a receber críticas de movimentos sociais, entidades, instituições e especialistas em Direito Penal e Segurança Pública (como Instituto Sou da Paz, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto de Defesa pelo Direito à Defesa, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Ordem dos Advogados do Brasil, defensorias estaduais, entre outras).

O próprio presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), mostrou certa resistência para com o Projeto. Em março, Maia desmereceu o trabalho do ministro Moro publicamente alegando que ele teria 'copiado e colado' de um antigo projeto de Alexandre de Moraes (atual ministro do STF e ministro da Justiça do governo Temer). Além disso, criou grupo de trabalho (GT) para avaliação do projeto, que adiou sua tramitação e expôs o material a dois já conhecidos opositores de Moro neste debate: os deputados Paulo Teixeira (PT) e Marcelo Freixo (Psol), que modificaram significativamente o texto.

Alguns meses depois, já em plenário, a votação na Câmara foi lida como uma certa derrota para o ministro Moro, já que os principais pontos do seu projeto foram derrubados. Importante ressaltar que não faltaram esforços do ministro: em outubro, o gover-

no federal lançou uma campanha publicitária no valor de dez milhões de reais que previa divulgação de filmetes onde familiares de vítimas relatam experiências com a violência associando-a com a impunidade. O plano não deu certo e o uso das peças publicitárias oficiais foi vetado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no mesmo mês. A corte entendeu que não era correto o governo patrocinar propagandas de projetos ainda em discussão no parlamento. A estratégia de fazer pressão externa aos parlamentares também foi criticada.

Moro seguiu com a campanha em suas redes e tentou se reunir com lideranças de diferentes partidos nos últimos dias antes da votação. Tudo em vão. Apesar da fala do Capitão Augusto (PL-SP), relator do GT, dizendo que 70% do texto de Moro foi aprovado, é indiscutível que, qualitativamente, o pacote inicial perdeu consistência.

Ao final, Câmara e Senado aprovaram um texto que é uma mistura das propostas feitas por Alexandre Moraes e Sergio Moro muito modificadas pelo GT criado por Maia.

O projeto aprovado modifica entre outros pontos:

- Tempo máximo que a pessoa pode ficar presa cumprindo pena, que passou de trinta para quarenta anos;
- Penas previstas (aumentando, na grande maioria dos casos);
- Tipo de crimes considerados hediondos (mais graves), ampliando a abrangência da categoria (agora, roubo seguido de lesão corporal e furto com uso de explosivo, por exemplo, são considerados hediondos);
- Possibilidade de liberdade condicional – agora, mais restrita;
- Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), endurecendo-o – a partir da aprovação, o isolamento será mais duro e há até possibilidade de monitoramento de vídeo e áudio das reuniões entre presos e advogados, com autorização judicial.

No entanto, Moro perdeu em três dos principais pontos que ele defendia:

- Excludente de Ilícitude para policiais: a chamada ‘carta branca para matar’ – policial que matar uma

pessoa e alegar que agiu sob “escusável medo, surpresa ou violenta emoção” poderia ficar sem nenhuma punição;

- Plea Bergain: um acordo entre a acusação – normalmente Ministério Público – e o réu, através do qual o acusado se declara culpado das acusações, em troca de uma atenuação da pena. Em situação de extrema vulnerabilidade, pobres, muitas vezes sem acesso a um processo justo e mal instruídos, tenderiam a fechar qualquer tipo de acordo, mesmo sendo inocentes.

- Prisão após Segunda Instância: a Constituição de 1988 garante a presunção da inocência, ou seja, ninguém pode ser preso até que se transite em julgado a sentença. Todo cidadão teria direito a recorrer até a última instância (STF, STJ) até a execução da pena.

A derrota de Sergio Moro como articulador político deve, no entanto, ser percebida com cautela, por duas razões: primeiro, porque Moro segue sendo o ministro mais popular do governo Bolsonaro (DataFolha de dezembro de 2019 mostra que ele tem aprovação de 51% da população); segundo porque a agenda punitivista que ele defende segue forte. Este pacote denominado na imprensa como ‘Anti-Crime’ transmite a ideia que a redução da criminalidade perpassa por – e somente por – recrudescimento penal. E sabemos o que isso significa na prática na vida da população preta, pobre e periférica deste país: mais violência de Estado nas ruas (como o ocorrido em Paraisópolis no início de dezembro, onde nove jovens morreram após ação policial) e mais encarceramento.

O projeto segue para sanção presidencial. A expectativa é que Bolsonaro vete, pelo menos, dois pontos: sobre juiz de garantia e aumento da pena para quem praticar injúrias na internet.

Além disso, o próprio presidente tem encabeçado a defesa de alguns projetos de leis: garantia para quem se defender de invasor em sua casa (prometido para o ano que vem); isenção de punição para militares e policiais que cometerem excessos durante operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO); e autorização do emprego pelo governo federal da GLO para reintegração de posse em propriedades rurais.

A prisão em segunda instância também segue em debate, mesmo após o STF ter vetado prisão de condenados antes do trânsito em julgado. Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, David Alcolumbre, fizeram um acordo para colocar em votação o projeto que permite prisão pós julgamento em segunda instância apenas em 2020. No entanto, numa reviravolta, no dia 4 de dezembro a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Simone Tebet, marcou votação do projeto para dezembro. Se passasse na CCJ, o projeto seguiria direto para a Câmara sem ter que passar pelo plenário.

Dois projetos circulando com o mesmo objetivo, mas com táticas diferentes. No Senado, a prisão em segunda instância passaria via um projeto de lei que altera o artigo 283 do Código de Processo Penal (aprovação por maioria simples, em votação nas duas Casas). Já na Câmara seria uma Proposta de Emenda à Constituição (precisa de maioria qualificada em ambas as Casas com três quintos dos parlamentares).

Independente de Moro, a agenda punitivista segue forte.

SOCIAL



Em 2019, o governo se esmerou em tratorar a questão social, com ataques diversos à educação, em especial à educação superior, com mudanças na política nacional de saúde mental e na política nacional sobre drogas, importantes modificações institucionais na Previdência Social e no mercado de trabalho. Além disso, 2019 se caracterizou por uma ampliação da precarização no mercado de trabalho, com recordes de subutilização e desalento sendo atingidos ao longo do ano.

Lava Jato da educação

Desde o início do ano, várias foram as ameaças à educação, a professores e alunos, na forma de cortes de bolsas e cortes de recursos, bem como de ataques diretos partindo de altas autoridades do país, como a declaração do ministro Weintraub de que haveria “plantações de maconha” nas universidades federais. Mas, já no início do ano, o então ministro da Educação, Ricardo Vélez, e o da Justiça, Sergio Moro, firmaram acordo para investigar indícios de corrupção no Ministério da Educação, no que foi chamado de “Lava Jato da educação”. Segundo pronunciamento do MEC, a medida visa investigar favorecimentos indevidos no Prouni, desvios no Pronatec, irregularidades no Sistema S, concessão ilegal de bolsas de ensino à distância e irregularidades nas Universidades Federais.

Em julho, o MEC divulgou um projeto para reformar com profundidade a educação superior federal brasileira, alcunhado “Future-se”. O programa não foi discutido nem com os reitores nem com a comunidade acadêmica, sendo colocado para “consulta pública” por cerca de duas semanas, no período de

férias escolares. Em segundo lugar, as propostas do programa não estão claramente definidas, muitas estão pendentes de futura regulamentação. Em terceiro lugar, o programa não dá nenhuma resposta à crise que atinge as Instituições Federais de Educação Superior no curto prazo.

Em 2019 também os reitores de Universidades Federais e Institutos Federais perderam prerrogativa de nomear pró-reitores, de acordo com o Decreto 9.794/2019 e a Portaria 1.373/2019. Lançada em 18 de julho deste ano, a portaria reforça especificamente que reitores podem nomear pessoas para cargos de comissão e para exercer funções gratificadas e de confiança, exceto aqueles citados no referido trecho do Decreto 9.794/2019, ou seja, por exemplo, pró-reitores. Procurado, o Ministério da Educação afirmou que escolher pró-reitores continua sendo prerrogativa dos pró-reitores, mas a nova legislação é bem clara em suas definições.

Tais instituições também têm enfrentado uma política do Ministério da Educação de não respeitar eleições internas para diretor-geral ou reitor,

nomeando outras pessoas até mesmo de fora da lista tríplice que é enviada para o governo. Com a imposição de reitores, o governo pode ter mais facilidade em implementar o programa “Future-se”, proposto pelo MEC, ao qual alguns conselhos universitários já haviam demonstrado repúdio.

Já no fim do ano, o governo federal lançou o programa “Educação em prática”, com o intuito de que instituições de educação superior públicas e privadas abram espaço para estudantes do ensino fundamental e do ensino médio em troca de bônus na avaliação dos cursos.

Saúde e seguridade social

O governo realizou mudanças na política nacional de saúde mental e na política nacional sobre drogas, com ampliação do papel das comunidades terapêuticas.

Com algumas modificações ocorridas ao longo da tramitação do projeto, o governo aprovou a reforma da Previdência, partindo do pressuposto de que levaria ao crescimento econômico. Apesar de o governo alardear que a reforma combate privilégios, ela sobrecarrega as mulheres, os mais pobres e também penaliza mais os trabalhadores civis que os militares.

Uma nova reforma trabalhista

A lei 13.874/2019 contém uma “minirreforma” trabalhista. Ela é originária de MP assinada por Bolsonaro no fim de abril, com a bandeira genérica de “ampliar a liberdade econômica”, mas ao longo da tramitação a MP sofreu diversos adendos, inclusive os chamados “jabutis”, que são trechos alheios à temática inicial.

Em seu texto final, a lei dispensa registro de ponto para empresas que tenham até vinte empregados (o que prejudica o pagamento de hora extra, por exemplo) e, para atividades consideradas de “baixo risco”, fica eliminada a exigência de alvará de funcionamento. Também há uma separação entre patrimônio dos sócios das empresas das dívidas dessa empresa, o que dificulta o pagamento de dívidas trabalhistas. Além disso, a lei prevê o fim do eSocial.

A lei torna preferencial a emissão de novas carteiras

de trabalho em meio eletrônico, com o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como identificação única do empregado. As carteiras continuarão a ser impressas em papel apenas em caráter excepcional. Além disso, o texto cria a figura do abuso regulatório, para impedir que o poder público edite regras que afetem a “exploração da atividade econômica”.

Mercado de trabalho

O Índice da Condição do Trabalho (ICT), (indicador sintético construído com base em um amplo conjunto de indicadores sobre ocupação, renda e formas de contratação, e que inclui contribuição previdenciária, tempo de procura por trabalho, desigualdade de renda, entre outras variáveis), calculado pelo Dieese, mostra uma piora nas condições de trabalho desde o primeiro trimestre de 2015. Do início de 2012 ao primeiro trimestre de 2014, o ICT aumenta de 0,48 para 0,70, o que representa melhoria na condição do trabalho. No restante de 2014, o ICT variou pouco, apesar de uma piora no rendimento do terceiro trimestre.

Mas, a partir de 2015 o ICT passou a diminuir de forma contínua. No entanto, se entre 2015 e o início de 2017 o Índice decresceu pela piora do subíndice Desocupação, no ano de 2017 o subíndice Inserção Ocupacional foi o principal responsável pela diminuição do ICT, devido à queda no emprego com carteira assinada e no tempo de permanência no trabalho. Já a partir do primeiro trimestre de 2018, o ICT pouco variou, pois a ligeira alta da Desocupação foi contrabalanceada pelas diminuições nas dimensões Rendimento e Inserção Ocupacional. Tais dados mostram que para os trabalhadores o fim da crise não ocorreu.

Segundo o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), em janeiro de 2019, o estoque de empregos formais ficou em 38,4 milhões, abaixo do pico de empregos formais de janeiro de 2015, que foi de 40,7 milhões e próximo do valor de janeiro de 2012 (38 milhões). Em outras palavras, o Brasil retrocedeu o número de empregos formais a valores de quase sete anos atrás, sendo que em 2012 o país tinha 198 milhões de habitantes e hoje tem 209 milhões. O quadro ao longo de 2019 continuou bem

abaixo do pico de 2014, segundo o Caged. Também em 2019 os patamares de desigualdade são semelhantes aos observados onze ou doze anos antes. É importante lembrar que os dados do Caged passaram a ser divulgados sem coletiva de imprensa mensal, como ocorria anteriormente, e a coletiva agora só ocorre uma vez por trimestre.

No ano de 2019, em diversos trimestres o país atingiu recordes no nível de população subutilizada e no número de desalentados segundo medição do IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua. O que puxou o crescimento da ocupação no ano de 2019 foi em grande medida o crescimento do emprego sem carteira assinada e por conta própria.

Muitos estudos e indicadores apontam que a tônica da “recuperação” do mercado de trabalho no Brasil tem sido a precarização: se por um lado aumenta o desalento e a quantidade de pessoas trabalhando poucas horas, por outro as ocupações que tem surgido são de baixa qualidade e poucos direitos, muitas vezes no setor informal. Vale dizer que até mesmo o que é considerado formal passou a ser relativizado com a reforma trabalhista em 2017, que reduziu os parâmetros de o que significa ser trabalhador formal no Brasil. Analistas têm apontado que aparentemente a economia brasileira sofreu

uma inflexão mais permanente, com o emprego informal ocupando fatia ainda maior no mercado de trabalho e com o desemprego atingindo patamares ainda mais altos.

Apesar deste quadro, as propostas do governo foram de redução dos gastos públicos e redução de direitos. Além disso, em vez de taxar as grandes fortunas, o governo quer a “taxação de grandes pobres” com o Programa Verde e Amarelo apresentado ao país em forma de medida provisória em novembro: por ele, quem estiver recebendo seguro-desemprego vai ter um desconto de 7,5% no valor recebido, que será destinado a financiar o INSS dos jovens que participem do Programa Verde e Amarelo.

É importante lembrar dos ataques do presidente da República às estatísticas de emprego, afirmando que as medições são feitas para enganar a população. Porém, a realidade mostrada pelas pesquisas se confirma e se expressa na quantidade de vendedores ambulantes, trabalhadores de aplicativos, pedintes e pessoas em situação de rua, que muito aumentou nos últimos anos. Percebe-se que as políticas de arrocho fiscal e social de Temer e Bolsonaro - essencialmente na mesma direção - não têm sido capazes de fazer a economia voltar a crescer e gerar empregos de qualidade.

ECONOMIA



Apesar dos anabolizantes injetados pelo governo, o PIB do país deverá fechar 2019 com um crescimento de apenas 1,2%, adiando para 2020 as esperanças de “retomada”, tantas vezes anunciada pelos analistas de mercado desde quando golpearam o mandato de Dilma Rousseff em 2016. Enquanto isso, 25 milhões de brasileiros seguem subocupados, dos quais doze milhões estão desempregados e outros 4,8 milhões nem sequer têm condições para seguir procurando emprego.

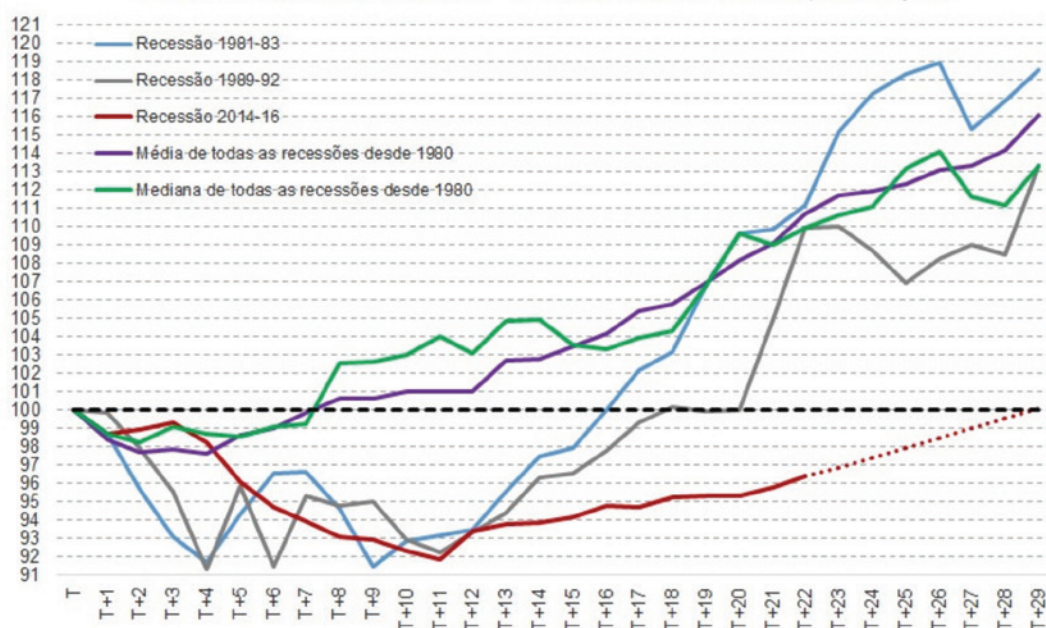
Mais um ano perdido para a economia brasileira

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos ao desempenho da economia no terceiro trimestre de 2019, a produção nacional segue crescendo em ritmo bastante baixo, a despeito de alguns estímulos extraordinários promovidos pelo governo

(liberação dos saldos do FGTS e do PIS/PASEP; leilões do pré-sal). Comparando-se com o terceiro trimestre do ano passado, o PIB avançou apenas 1,2%, portanto, uma taxa inferior àquela que era registrada ao final de 2018 (1,3%).

Figura 1 - Brasil: padrão de evolução do PIB dessazonalizado em recessões

Pico anterior ao início da recessão = T = 100. Fontes: Codace/FGV, IBGE e Ipea.



Fonte: LCA Consultores Associados

Por conta dessa renitente anemia que tem marcado o período ultraliberal do pós-golpe (2017-2019), o atual ciclo de recuperação já se apresenta como mais lento entre todos os processos recessivos que experimentamos desde a industrialização. Como se pode observar na figura 1, nas três recessões consideradas, o PIB caiu fortemente durante aproximadamente três anos, a partir de quando se iniciaram as recuperações. Contudo, diferentemente do que ocorreu nas recessões de 1981-83 (crise da dívida externa; linha cinza) e 1989-92 (governo Collor; linha azul), no quadro atual (linha vermelha) a recuperação tem se demonstrado muito mais difícil e, a se manter o ritmo de crescimento que vem sendo registrado desde 2017, a economia só deverá alcançar o patamar prévio ao início da crise (T=100; primeiro trimestre de 2014) no início de 2021, ou seja, sete anos depois e nove trimestres mais tarde do que ocorreu nos demais ciclos recessivos brasileiros.

Apesar disso, a propaganda e a torcida rentista têm tratado de difundir a ideia de que uma vez aprovadas as “reformas estruturais” de inspiração neoliberal (reforma trabalhista, da Previdência e intro-

dução de mecanismos impositivos de austeridade fiscal), finalmente estaríamos às vésperas de um novo ciclo expansivo. Os números setoriais, entretanto, não apontam nessa direção.

É verdade que a economia deve finalmente ganhar algum fôlego na passagem deste segundo semestre de 2019 para o primeiro de 2020. Porém, longe de estar respondendo às “reformas estruturais”, esse provável voo de galinha que assistiremos deve-se antes de mais nada ao keynesianismo envergonhado e de baixa intensidade a que se socorreu o ultraliberal Paulo Guedes. Diante de um início de ano com a economia em ritmo declinante, o superministro da economia lançou mão de estímulos à demanda que fizeram expandir o consumo das famílias e o investimento agregado (FBCF), promovendo uma inflexão na tendência de desaceleração que vinha se consolidando. Como indicado na figura 2, o consumo das famílias cresceu 0,8% na passagem do segundo para o terceiro trimestre do ano e 1,5% no acumulado até setembro de 2019, enquanto o investimento cresceu 2% entre o segundo e o terceiro trimestres de 2019 e acumulou avanço de 3,1%.

Figura 2 - PIB e componentes de demanda: evolução das taxas de crescimento (em %)

	Trimestre/trimestre anterior dessazonalizado				Trimestre/Igual trimestre do ano anterior				Acumulado	
	4T18	1T19	2T19	3T19	4T18	1T19	2T19	3T19	no ano	em quatro trimestres
PIB a preços de mercado	0,1	0,0	0,5	0,6	1,2	0,6	1,1	1,2	0,7	1,0
Absorção interna (demanda interna final + var. de estoques)	-1,0	0,4	1,6	1,3	0,4	0,6	1,4	2,4	1,5	1,2
Demanda interna final	-0,4	0,3	0,5	1,0	1,1	1,2	1,8	1,4	1,5	1,4
Consumo total	-0,1	0,5	0,2	0,5	0,9	1,2	1,2	1,1	1,2	1,1
Consumo das famílias	0,3	0,6	0,2	0,8	1,4	1,5	1,8	1,9	1,5	1,7
Consumo do governo	-1,2	0,6	-0,3	-0,4	-0,9	0,0	-0,7	-1,4	-0,3	-0,8
FBCF	-1,6	-0,8	3,0	2,0	2,8	1,1	5,4	2,9	3,1	3,0
Exportações de bens e serviços	1,9	-4,7	-2,0	-2,8	12,0	-1,6	1,3	-5,5	1,4	1,3
Importações de bens e serviços	-6,2	1,4	0,7	2,9	5,0	-2,3	4,9	2,2	1,0	2,4

Fonte: IBGE / Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

Assim, embora esses números sejam positivos e importantes, além de ajudarem a compensar as perdas do comércio exterior (queda de 20,7% do saldo comercial), deve-se destacar que resultam de estímulos localizados no tempo e que se concen-

tram em setores e atividades de baixo impacto sobre as cadeias produtivas e com menores possibilidades de sustentação ao longo do tempo. Noutras palavras, trata-se de um espasmo de crescimento, de fôlego curto e baixa qualidade.

Isso fica mais explícito quando se analisa esse processo de aceleração do crescimento pela ótica da oferta, ou seja, a partir da evolução da produção dos setores de atividade econômica. Por essa perspectiva, o que se percebe é que a melhora do dinamismo observado no terceiro trimestre de 2019 foi fortemente determinado pelo bom desempenho do setor agrícola, cujo crescimento foi impulsionado por condições climáticas favoráveis e alcançou 1,3% em relação ao trimestre imediatamente anterior (quando tinha retraído 0,5%) e das atividades da indústria extrativa (+12%) - que se recuperaram apenas em parte da forte queda observada no primeiro semestre do ano - e da construção civil (1,3%).

A produção manufatureira, entretanto, justamente aquele segmento industrial com efeitos dinâmicos mais virtuosos e mais sensível às expectativas, registrou no mesmo trimestre uma contração de 1% e no ano acumula uma queda de 0,2%. Já o setor de serviços, cuja maior importância está no grande volume de empregos pelo qual responde, avançou muito modestamente no terceiro trimestre (+0,4%), registrando uma variação positiva de 1,1% nos doze meses acumulados até setembro de 2019.

Comércio Exterior

O presente ano tem sido marcado por uma trajetória de deterioração do comércio exterior brasileiro, com redução acentuada das exportações. Infelizmente, contudo, os números exatos dessas contas não estão disponíveis, uma vez que o governo anunciou recentemente que os registros oficiais estavam errados e que precisarão passar por uma revisão.

De toda maneira, do que se dispõe de informações até a primeira semana de dezembro, sabe-se que as exportações brasileiras recuaram 7,2% ao longo do ano, enquanto as importações sofreram queda menor, de 3,2%. Com isso, o resultado da balança comercial deve fechar 2019 com uma redução de aproximadamente 20%, agravando sobremaneira o déficit em transações correntes do país, que já ultrapassa 3% do PIB.

Não bastasse essa perda de dinamismo externo da economia brasileira, o mais preocupante é o fato de que esse resultado está diretamente asso-

ciado à contração das exportações para os países do Mercosul (queda acumulada de 6,9 bilhões de dólares entre janeiro e novembro de 2019), especialmente para a economia Argentina (queda de 36,6% em relação ao mesmo período do ano anterior) cujo mercado é especialmente importante como destino de nossos bens manufaturados.

Inflação e política monetária

Ao longo da maior parte do ano de 2019, a inflação brasileira seguiu em patamar bastante confortável, sistematicamente abaixo do centro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional. Durante os nove primeiros meses do ano as taxas do IPCA anualizadas não ultrapassaram 3,5% a.a., o que permitiu ao Banco Central vir reduzindo a taxa Selic até o patamar de 4,5%, definido em sua última reunião do ano, no dia 11 de dezembro.

Contudo, por conta da desvalorização do real observada principalmente a partir de agosto e a percepção de que a taxa de câmbio deverá permanecer em patamares mais altos do que o esperado até meados do ano - apenas ao longo do mês de novembro, a mediana das estimativas do *Relatório Focus* subiu de quatro reais por dólar para 4,15 reais - percebe-se alguma pressão sobre os preços de produtos brasileiros comercializados com o exterior, notadamente de combustíveis e de proteína animal, este último ainda fortemente afetado por choques de oferta produzidos pela quebra da produção chinesa de frango e carne suína.

Diante desse cenário, depois de um repique inflacionário em novembro (IPCA = 0,51%), já é voz comum no mercado de apostas que o ciclo de redução da taxa de Selic deve ter chegado ao seu fim e que, portanto, não se esperam novas reduções da taxa nas próximas reuniões do Banco Central. O mais provável é que se mantenha estável pelos próximos meses.

Contas Públicas e Política Fiscal

Indiferente ao quadro de anemia que se manteve na economia brasileira, o Ministério da Economia seguiu insistindo na estratégia de ajuste fiscal, contingenciando boa parte do orçamento do governo

central durante todo o ano. Com isso, a projeção de déficit primário divulgada no relatório do quinto bimestre alcançou 115 bilhões de reais, portanto, 24 bilhões abaixo do que havia sido previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA). A se confirmarem esses números, a dívida bruta do setor público deverá ficar próxima de 79% do PIB, enquanto a dívida líquida deverá fechar 2019 em 56% do PIB.

Tais resultados, portanto, são melhores em termos

fiscais do que aqueles que eram previstos no início do ano, refletindo, por um lado, a incorporação de algumas receitas extraordinárias – principalmente dos leilões do pré-sal e dos diversos repasses dos bancos estatais que foram feitos ao longo do ano – e, por outro, a duvidosa insistência das autoridades econômicas em manterem o arrocho sobre os gastos públicos em um quadro de prolongada anemia econômica e gravíssima crise social.

TERRITORIAL



O ano de 2019 foi marcado por quatro grandes desastres ambientais no país, que colocaram em debate se o governo federal está preparado para enfrentá-los em pleno cenário de desestruturação da política ambiental nacional.

2019: dos desastres à desestruturação da política ambiental

A seção aponta uma retrospectiva dos principais fatos da conjuntura da agenda ambiental e agrária brasileira. O ano foi marcado por quatro grandes desastres ambientais, que colocaram em debate se o governo federal está preparado para enfrentá-los em pleno cenário de desestruturação da política ambiental nacional.

Desestruturação institucional no governo federal

Do ponto de vista da dimensão agrária e ambiental, o primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro foi marcado pela desestruturação institucional das políticas públicas que estavam em processo de avanço nos governos petistas. Em janeiro de 2019, a primeira medida do governo federal foi a publicação da MP 870/2019, na qual Bolsonaro transferiu o serviço florestal brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para o Ministério da Agricultura (MAPA) e a também a atribuição

de gestão das florestas públicas. A MP também transferiu do MMA para o Ministério de Desenvolvimento Regional a responsabilidade pela política nacional de recursos hídricos e da Agência Nacional de Águas (ANA) pelo decreto nº 9.660. A medida também extinguiu do MMA a área que trata das condições climáticas, que inclui a Comissão Nacional de Combate à Desertificação.

A reforma ministerial de Bolsonaro favoreceu o lobby do agronegócio. O Ministério da Agricultura passou a contar com sete secretarias com a finalidade de possibilitar aos grandes proprietários rurais ampliar o acesso a terra, ao crédito, à irrigação, ao uso de agrotóxico e expansão para o mercado externo. Além do Ministério da Agricultura, coordenado por Tereza Cristina (ex-presidenta da Frente Parlamentar da Agropecuária e defensora do uso de agrotóxicos), os ruralistas também ocupam o primeiro escalão do Ministério do Meio Ambiente (Ricardo Salles) e do Ministério de Relações Exteriores (Er-

nesto Araújo) – ambos defensores do agronegócio e da redução das áreas de proteção ambiental. Soma-se a esse cenário a militarização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), no qual quase todos os diretores foram substituídos por policiais ou militares.

Em abril deste ano, o atual governo também decretou a extinção de mais de trinta conselhos e comissões nacionais. Dez destes estão relacionados às áreas indígenas, ambientais e do campo: Comissão Nacional de Florestas (Conaflor); Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI); Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT); Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI); Comissão Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados (Cnatre); Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae); Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO); Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio); Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (Conpdec); e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

Ainda em abril, Bolsonaro publicou o Decreto 9.760/2019 que cria uma burocracia pública para intermediar a aplicação de multas ambientais cometidas por infratores. O decreto estabeleceu um núcleo de conciliação que poderá mudar o valor ou até mesmo anular multas por crimes ambientais. Também congelou o mecanismo de conversão direta, até que o Ministério do Meio Ambiente estabeleça novas regras para seu funcionamento. O mecanismo permitia que os valores arrecadados com as multas pudessem custear projetos ambientais estratégicos, tal como no desenvolvimento de municípios que compõem a Bacia do Rio São Francisco.

Desmatamento na Amazônia

Em seu discurso na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, o presidente Jair Bolsonaro negou que esteja acontecendo algo errado na Amazônia, apresentou uma visão ultraliberal, anti-indígena e banalizou as queimadas ocorridas no país. Em meio ao seu discurso ideológico, que separa o Brasil das demais nações, Bolsonaro

só se esqueceu de mostrar os dados e a realidade.

Na verdade, o que realmente aconteceu na Amazônia brasileira foi uma elevação dos focos de incêndio a partir de agosto de 2019. Com incêndios criminosos que iniciaram no denominado “dia do fogo”, as queimadas foram encaradas com preocupação ao redor do mundo, noticiadas pela imprensa e despertaram uma crise na recente gestão do governo Bolsonaro.

Os incêndios alcançaram seu pico em agosto deste ano. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) houve 30,9 mil focos de incêndio na Amazônia em agosto de 2019. O que Bolsonaro se esqueceu de mencionar em seu discurso foi que ocorreram três vezes mais focos de incêndio em seu governo do que os registrados no mês de agosto do ano anterior, o equivalente a 10,4 mil focos. Além disso, as queimadas ocorridas em agosto de 2019 superaram em 20% a média histórica do período 1998-2019, que foi de 26 mil focos.

Diretamente relacionado aos incêndios, o desmatamento na Amazônia também cresceu em agosto de 2019, em relação ao mesmo mês do ano anterior. O substancial aumento de 222% revela que neste mês foram desmatados 1.701 quilômetros quadrados – área maior do que a do município de São Paulo. Apesar de alcançar o pico em agosto, o desmatamento seguiu a tendência de elevação ao longo de todo o ano, batendo sempre novos recordes em relação a períodos anteriores.

Recentemente muitas polêmicas a respeito do meio ambiente envolveram a péssima gestão do governo. Entre elas destacam-se a declaração do presidente Bolsonaro, que atribuiu a responsabilidade das queimadas às ONGs ambientalistas sem apresentar nenhuma evidência a respeito, além de pretender trocar um serviço público exitoso prestado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para mensurar o desmatamento por um serviço privado sem comprovação de qualidade.

Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), as queimadas estão sendo usadas para limpar áreas recém-desmatadas, com o intuito de utilizá-las para atividades econômicas como cultivo agrícola ou pastagem. As constatações do Ipam também indicam elevada associação

entre municípios desmatadores e elevadas ocorrências de queimadas, entre eles Altamira, Porto Velho, Lábrea e São Félix do Xingu.

Em vez de acusar os ambientalistas pelos incêndios, Bolsonaro deveria repensar a desastrosa trajetória da política ambiental ocorrida em sua gestão. Ao abrir mão dos recursos provenientes da Alemanha e da Noruega para o Fundo Amazônia, Bolsonaro enfraqueceu todo o sistema de proteção das florestas brasileiras. Entre outros objetivos, o Fundo Amazônia financiava projetos governamentais para iniciativas de prevenção e combate a incêndios na Amazônia, bem como ações do Inpe e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Dessa maneira, além dos grandes proprietários de terra da soja e do gado, a culpa pelo aumento das queimadas também pode ser creditada ao cruzar de braços do governo, que reduziu drasticamente o orçamento dos serviços prestados pelo Ibama e pelo ICMBio, que incluem o corte de recursos para estruturação do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

Ainda sobre o tema, o governo federal deseja liberar a exportação “in natura” de madeira nativa da Amazônia, o que atualmente é considerado prática ilegal, e que estimularia ainda mais o desmatamento na região. Atualmente a madeira nativa só pode ser exportada após beneficiamentos, o que agrega maior valor econômico ao produto e dificulta seu comércio ilegal.

A moratória da soja, mecanismo importante para frear o plantio da leguminosa em áreas recém-desmatadas da Amazônia, corre o risco de ser suspensa. Apontam para isso explícitas declarações da Casa Civil, do ministro do Meio Ambiente, e da ministra da Agricultura, para quem essa “moratória é um absurdo”. Os frágeis argumentos são de que ela atenta contra a soberania nacional e impede o desenvolvimento dos municípios, da região e do país. No entanto, além do dano ambiental, eles parecem se esquecer que esta suspensão pode voltar a colocar tal commodity na lista suja dos destruidores da floresta e prejudicar sua exportação.

O avanço do ritmo do desmatamento no governo Bolsonaro veio acompanhado por conflitos sociais

pelo uso da terra e resultou no aumento da violência no campo. O desmatamento vem causando boicotes comerciais de países importadores que defendem campanhas ambientais, bem como influenciado negociações de acordos comerciais entre o Mercosul e a União Europeia.

Incêndios no Pantanal e óleo no litoral brasileiro

Os incêndios no Pantanal, a maior planície alagada do planeta, cresceram quase 2.000% em outubro deste ano (2.430 focos de incêndio) em relação ao mesmo mês do ano passado (119 focos). Somente em Mato Grosso do Sul, cerca de 1,5 milhão de hectares foi queimado. Essa já é a quarta catástrofe ambiental deste ano, após a quebra da barragem de Brumadinho, o grande desmatamento na Amazônia e o derramamento de petróleo no Nordeste.

Já as manchas de óleo, que foram registradas pela primeira vez no litoral da Paraíba em 30 de agosto deste ano, não param de se espalhar pelo litoral brasileiro. Desde então, o óleo saiu velozmente pela costa e chegou a todos os estados do Nordeste. Em novembro, os fragmentos e placas de petróleo cru, que se deslocam rumo sul desde o litoral nordestino, chegaram à cidade de Vitória (ES) e ao Rio de Janeiro (RJ).

As catástrofes ambientais não são exclusividades brasileiras. No entanto, o país chama atenção pela ineficiência ao combatê-las. E a última catástrofe do aumento dos incêndios no Pantanal não foi diferente. Já em relação à crise ambiental no litoral, medidas imediatas centradas na contenção do óleo e na limpeza das praias são necessárias. A questão coloca em debate o quanto o governo federal está preparado para lidar com esses tipos de situação, ou melhor, o quanto as novas gestões de órgãos como o Ibama e a ICMBio terão a capacidade de minimizar os impactos dos incêndios e do vazamento de óleo na costa brasileira.

O derrame de óleo ocorrido perto da costa terá impactos de longo prazo na fauna e na flora marinhas. O desastre também afetará a economia local, atingindo majoritariamente o setor de turismo, que é uma vocação predominante das localidades atingi-

das. A pesca artesanal também sofre impactos de médio e longo prazo.

Questão agrária e agricultura familiar

Em meio ao lançamento da campanha mundial da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) pela agricultura familiar, os agricultores familiares brasileiros não têm nada a comemorar durante o governo Bolsonaro e enxergam com preocupação a perda dos direitos adquiridos nas últimas décadas.

Entre os problemas enfrentados, destacam-se os cortes no orçamento do Ministério da Agricultura, que afetam diretamente o financiamento da produção de toda uma cadeia de pequenos produtores, especialmente os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e extrativistas. No governo Bolsonaro houve paralisação da reforma agrária e suspensão de repasse de verbas que seriam direcionadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou novos dados sobre a importância da agricultura familiar para a economia e para o nível de ocupação do país. Após ser tratado como prioridade pelos governos petistas, o segmento da agricultura familiar foi esquecido pelos governos de Temer e Bolsonaro, passando a assistir uma diminuição no orçamento de seus principais programas governamentais.

Em 2017, os dados do Censo Agropecuário apontaram que 3.897.408 estabelecimentos foram classificados como de agricultura familiar, o que representa 77% de todos os estabelecimentos agropecuários existentes no país. Em 2017, o segmento possuía 10,1 milhões de pessoas ocupadas, o correspondente a 67% do total de ocupados do setor agropecuário brasileiro.

Segundo o IBGE, os estabelecimentos de agricultura familiar foram responsáveis por 23% do valor da produção nacional, mas se destacaram pelo dinamismo de algumas culturas específicas. No que se refere às culturas permanentes, o segmento foi responsável por 48% do valor da produção de café e banana. Nas culturas temporárias, a agricultura

familiar respondeu por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% do feijão.

Os dados apresentados evidenciam a importância da agricultura familiar na geração de emprego e renda no campo. Em vez de cruzar os braços para o segmento, o governo Bolsonaro deveria se esforçar para realizar políticas públicas que viabilizem a regularização fundiária, a reforma agrária, a assistência técnica, o crédito produtivo e a expansão dos canais de comercialização.

Para 2017, os dados do Censo Agropecuário também apontaram para o aumento da desigualdade fundiária. No Brasil, 1% dos estabelecimentos agropecuários concentrava quase metade da área rural ocupada para fins econômicos. Entre 2006 e 2017, o grupo de grandes estabelecimentos obteve um aumento de 3.625 estabelecimentos e de 17,08 milhões de hectares.

O cenário de concentração fundiária do país poderia ter sido bem pior se não fossem as políticas públicas dos governos de Lula e Dilma voltadas para o campo. Segundo dados do Instituto Lula, os governos petistas promoveram um aumento significativo dos assentamentos, nos quais 771 mil famílias receberam o título de propriedade de terras, correspondente a mais da metade do total de beneficiados em toda a trajetória da reforma agrária realizada pelo Estado brasileiro. O PT criou 3.902 assentamentos distribuídos por todas as unidades federativas brasileiras, o equivalente a 51 milhões de hectares.

Outro tema que chama a atenção para a questão agrária foi a declaração de Bolsonaro, feita em novembro deste ano, sobre a intenção de enviar para o Congresso um projeto de lei para autorizar o uso da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para reintegração de posse em propriedades rurais. O anúncio foi feito logo após o presidente defender a exclusão de ilicitude, que pode isentar agentes de segurança pública (policiais civis, militares, federais, entre outros) que cometerem atos violentos como matar em serviço. A medida foi apoiada pela bancada ruralista do Congresso.

Atualmente, a responsabilidade de convocar forças de segurança para reintegração de posse via deci-

são judicial é dos governos estaduais. O uso da GLO para reintegração de posse em propriedades rurais deve ser tratado com cautela para evitar o aumento dos conflitos no campo, como o massacre de Eldorado dos Carajás. Uma vez aprovada, a iniciativa do governo federal rural poderá elevar a concentração de terra no país, aumentar a violência no campo, ameaçar os movimentos sociais de acesso a terra e favorecer os grandes proprietários de terra.

Ainda sobre o tema, estimativas da organização Imazon mostraram que um terço da Amazônia Legal não possui destinação fundiária e a maior parte desses territórios pertence às unidades federativas, portanto submetidos às legislações estaduais. No âmbito do governo federal, destaca-se a Medida Provisória nº 759/2016, aprovada pelo Congresso em 2017, que versa sobre alteração na legislação fundiária. A MP beneficiou a grilagem pela expansão da área passível de titulação, funcionando como uma espécie de anistia aos grileiros de terras invadidas. Quanto aos estados, foram observadas pela Imazon flexibilização nas legislações fundiárias da Amazônia legal aprovadas por assembleias estaduais do Amapá (em 2018) e de Mato Grosso (em 2019), ambas favorecendo a grilagem. Em 9 de julho de 2019, o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB) sancionou a lei 8.878/2019, que flexibiliza a questão fundiária, favorece a grilagem ao possibilitar a regularização de terras invadidas por grandes proprietários.

Enquanto isso, no Brasil, a bancada ruralista do Congresso Nacional vem trabalhando na articulação de um Projeto de Lei (PL) que visa permitir a venda de terras brasileiras para estrangeiros. Trata-se do PL 2.963/2019, de autoria do senador Irajá Abreu (PSD-TO), que busca regulamentar a aquisição de terras por pessoas físicas e jurídicas de outras nacionalidades.

Atualmente a venda de terras para estrangeiros é proibida no Brasil. Em caso de aprovação, a medida pode gerar concentração de terras por empresas estrangeiras, bem como comprometer o bioma amazônico e a faixa de fronteira. A iniciativa pode valorizar o preço das terras brasileiras e expulsar o pequeno produtor e a agricultura familiar do processo produtivo.

Povos Indígenas

Em 28 de maio, o Senado votou pela continuidade da MP 870/2019, mantendo em quase sua totalidade a reforma ministerial de Bolsonaro. No que se refere aos povos indígenas, houve derrota do governo, uma vez que a maioria dos senadores votou pelo retorno da Funai do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para o Ministério da Justiça, reincorporando também a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas que tinha sido alocada no Ministério da Agricultura.

No entanto, por meio de nova medida provisória, Bolsonaro reverteu a decisão do Congresso e retornou a responsabilidade de demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura. Publicada em 19 de junho deste ano, a MP 886 indicou que eram áreas de competência do Ministério da Agricultura a reforma agrária, a regularização fundiária de áreas rurais, a Amazônia Legal, as terras indígenas e titulação de quilombolas. Em agosto de 2019, o Supremo Tribunal Eleitoral (STF) tomou a decisão de manter a responsabilidade da demarcação de terras indígenas no âmbito da Funai, vinculada ao Ministério da Justiça. A decisão do STF significou uma derrota para o governo Bolsonaro.

Sínodo para a Amazônia

Em 27 de outubro de 2019, chegou ao fim o Sínodo para a Amazônia, evento da igreja católica, que ocorreu no Vaticano, e onde se debateram medidas de proteção para a floresta amazônica e seus povos, bem como a atuação da igreja na região. Participaram do evento, entre 6 e 27 de outubro, cerca de oitenta mil pessoas, dentre padres e bispos católicos, lideranças locais dos países amazônicos, indígenas, ativistas, políticos e o próprio Papa Francisco. O evento foi previamente muito criticado pelo governo brasileiro, em temor das repercussões internacionais do mesmo e o enxergado como uma violação da soberania nacional.

No dia 28 de outubro de 2019, um dia após o término do Sínodo, houve no Vaticano uma reunião que contou com governadores de trinta estados de oito países que compõem a Amazônia. O objetivo

principal do evento foi, após examinar as mensagens do Papa Francisco durante o Sínodo e os resultados da cúpula, definir propostas para garantir a execução na região das resoluções tiradas durante o evento católico. No encontro, os governadores também tiveram a oportunidade de apresentar compromissos para o desenvolvimento sustentável da região.

Liberação de agrotóxicos

O Ministério da Agricultura liberou o registro de novos produtos comerciais com agrotóxicos para fins comerciais. A permissão envolve a liberação da comercialização de substâncias como o Metomil e o Imazetapir, ambas utilizadas na produção agroindustrial. Em 2019, o número de agrotóxicos liberados por Bolsonaro para o uso em lavouras é o maior dos últimos dez anos. Segundo o Greenpeace, entre o dia 1º de janeiro e 27 de novembro, o governo federal aprovou a utilização de 439 novos agrotóxicos. Os dados disponibilizados pelo Ministério da Agricultura apontam uma alta de 322% entre 2010 e 2019.

Além da liberação, em julho de 2019, houve a divulgação de uma nova classificação de agrotóxicos feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que ameniza o rótulo de toxicidade dessas

substâncias. A regulação legal em vigor classifica os agrotóxicos atuantes no país em quatro categorias segundo grau de perigo. As novas normas aumentarão para cinco categorias de toxicidade, entretanto flexibilizará a categoria classificada como extremamente tóxica, que passará de oitocentas para trezentas substâncias - ou seja, o consumidor ficará sem advertências de manipulação e de risco para um conjunto significativo de agrotóxicos.

As duas medidas potencializam o uso de agrotóxicos no Brasil, que além da morte podem causar agravos como câncer, perda de visão, complicações no sistema nervoso e irritações graves na pele. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que em média mais de 190 mil mortes anuais são relacionadas ao uso de agrotóxicos.

A liberação de agrotóxicos associadas ao conjunto de novas medidas promovidas pelo governo Bolsonaro enfraquecem as políticas públicas direcionadas ao meio ambiente e a produção de alimentos orgânicos. A perda do peso da produção orgânica pelo Estado brasileiro ocorre em decorrência do favorecimento do setor ruralista e do agronegócio, que vê a alternativa de produção de alimentos saudáveis como um obstáculo para suas atividades de negócios de larga escala.

COMUNICAÇÃO



Esta seção analisa as principais notícias sobre Lula e Bolsonaro que mobilizaram as redes sociais em 2019, os temas destacados ao longo do ano pela imprensa internacional e o posicionamento editorial da imprensa tradicional a favor das reformas, em coro com o projeto neoliberal de aniquilação dos direitos sociais e sem espaço para o contraponto.

Lula x Bolsonaro: a cobertura em blogs, portais e sites

É inegável que nas redes sociais online dois atores políticos polarizam os debates: Lula e Bolsonaro. Esse poder mobilizador e de engajamento controlado por ambos é observado, na prática, quando são analisados números de engajamento no Facebook e até mesmo o volume de artigos e publicações feitas em blogs e portais durante o ano de 2019 com ênfase nos respectivos nomes.

Para se ter uma ideia, do dia 1º de janeiro até 8 de dezembro o nome de Jair Bolsonaro esteve ligado a 603 mil artigos em sites, blogs e portais, que geraram mais de um bilhão de compartilhamentos nas redes sociais online. Já Lula teve seu nome ligado a

168 mil artigos, que geraram mais de 287 milhões de compartilhamentos no período.

O destaque, em ambos os casos, fica com o portal UOL/Folha, que gerou para Bolsonaro mais de 63,9 milhões de shares, o que talvez explique – em parte – todas as ofensivas de Bolsonaro e seu governo contra o editorial do jornal. Já Lula, ainda que tenha recebido maior volume de compartilhamentos vindos das publicações desse portal, ficou abaixo, com 23,9 milhões de shares.

Na sequência, Bolsonaro e Lula se distinguem por um elemento específico: enquanto a cobertura com maior

volume de compartilhamentos sobre Bolsonaro é feita pela grande imprensa, com portais como *Exame*, *O Globo*, *G1*, *Veja*, *Estadão* e *CBN*, Lula tem grande influência de blogs de esquerda e também portais de fake news, como é o caso do *República de Curitiba* que, sozinho, gerou mais de 6,2 milhões de compartilhamentos em matérias com o nome de Lula. Outros, como *Brasil 247*, *Revista Fórum*, *DCM* e *Blog da Cidadania* também registram grande volume de shares em matérias com o nome de Lula.

As cinco notícias que mais engajaram e envolvem o nome de Bolsonaro são: Bolsonaro diz que Brasil gasta demais com educação (Yahoo, 2,5 milhões de shares), Filho de Bolsonaro propõe expulsão de estudante que depredar patrimônio público (*Globo*, 2,4 milhões de shares), Bolsonaro recupera movimentos intestinais e já pode voltar a fazer merda (*Sensacionalista*, 2,4 milhões de shares), O que tenho a oferecer é patriotismo, humildade e coragem, diz Bolsonaro no Rio (UOL, 2,3 milhões de shares) e “Trabalhador que critica patrão deveria empreender para ver como é barra pesada”, diz Bolsonaro (*Estadão*, 2,1 milhões de shares). Como se pode observar, quatro delas oriundas de grandes portais e uma com abordagem irônica/cômica sobre o governo Bolsonaro.

Já para Lula, as duas principais notícias em compartilhamentos no período são oriundas de blogs não pertencentes à grande imprensa: Brasil 33 e BR2pontos. Assim, as cinco principais notícias em compartilhamentos envolvendo o nome de Lula foram: Lula está com depressão e tem crises de choro (Brasil 33, 2,7 milhões de shares), Lula manda recado: o Brasil ainda vai voltar a ser feliz (BR2pontos, 1,6 milhões de shares), Lula: “Fico preso cem anos. Mas não troco minha dignidade pela minha liberdade” (*El País*, 1,2 milhões de shares), Mensagens provam ação combinada de Moro para condenar Lula, diz defesa (UOL, um milhão de shares), Desembargador que ampliou pena de Lula assume o “Tribunal da Lava Jato” (UOL, 996 mil shares).

Observa-se, portanto, o papel das fake news contra Lula no período e dois pontos essenciais do ruído gerado entorno de Lula: a #Vazajato e as entrevistas concedidas enquanto era mantido preso de forma ilegal pela operação Lava Jato. Por fim, Lula ultra-

passa Bolsonaro na cobertura da imprensa, blogs e portais apenas em uma semana durante o ano, que começou em 3 de novembro e terminou com Lula Livre. Nesse período, Lula registrou um enorme engajamento, enquanto Jair Bolsonaro despencou.

O Brasil na imprensa estrangeira em 2019

Ao longo de 2019 os jornais estrangeiros publicaram reportagens sobre as mudanças que o Brasil vem enfrentando, negativas na maioria. Se antes era vista como “o país do futuro”, hoje a sociedade brasileira é entendida pelos veículos de comunicação estrangeiros como “fraturada”. São muitas as fraturas sociais para as quais os textos publicados no exterior chamam a atenção, tais como a violência policial e a forma como as populações periféricas são tratadas pelos governos municipais, estaduais e também pelo federal.

Repórteres e editores dos jornais estrangeiros ajudam constantemente a denunciar como o Estado brasileiro, em suas diferentes esferas, dá menos valor a pessoas que ocupam determinadas camadas sociais e localizações geográficas. Textos que utilizam mais tons de denúncia foram publicados por *The Guardian*, *Al Jazeera*, *Le Monde* e *Telesur*. O poderoso *New York Times* trabalha de forma mais relatorial, apenas informando o que ocorre. De qualquer forma, o fato de a violência das polícias militares constar nos noticiários de veículos que têm o mundo todo como campo de trabalho diz sobre a posição que o Brasil ocupa no cenário internacional. Ou seja, tradicionais influenciadores de autoridades ao redor do mundo informam que o país assassina crianças e que esse tipo de ação não é alvo de críticas do presidente da República. Ao contrário, seu silêncio é patrocinador de tais ações.

Jair Bolsonaro e alguns de seus ministros foram motivo de dezenas de reportagens durante o ano de 2019. Após o golpe de 2016, os jornais estrangeiros trataram a ascensão do neoliberalismo no Brasil como a chegada de um governo mais amigável com o mercado. Entretanto, quando Paulo Guedes assumiu o Ministério da Economia a pauta econômica sumiu das reportagens publicadas fora do país. É verdade, porém, que a aprovação da reforma da Previdência foi notícia no mundo todo, mas

na avaliação dos jornais mais especializados como o *Financial Times*, a agenda de “transformações” planejada pelo atual governo “ficou aquém do esperado” e pouca coisa saiu do papel. O *New York Times* publicou reportagem no mesmo sentido.

Em compensação, foi grande o número de reportagens e até de artigos opinativos sobre o presidente da República. Absolutamente todos os textos publicados foram críticos a Jair Bolsonaro. O “Trump dos trópicos”, como foi nomeado por diversos veículos de jornalismo, é citado até em publicações que não tratam especificamente do Brasil, mas da ascensão de políticos com aspirações autoritárias ao redor mundo.

Diferente da imprensa brasileira, que não tem memória, os jornais estrangeiros dizem constantemente que Bolsonaro é conhecido por defender ideias racistas, homofóbicas, machistas, além de ser um defensor da tortura e da ditadura militar. Os artigos sobre ascensão do autoritarismo que mencionam o presidente brasileiro tentam buscar respostas para o fortalecimento de ideais tão retrógrados. É realmente difícil compreender o que faz indivíduos se reunirem em grupos para defender a supremacia do individualismo sobre a coletividade. De fato, a contradição tem dominado o comportamento político de algumas parcelas do tecido social. O campo dos estudos da Comunicação considera que as novas tecnologias têm transformado o comportamento fazendo com que as percepções sobre o mundo e o entorno mais próximo fiquem distorcidas.

Entre os ministros do governo Bolsonaro, o mais citado em 2019 foi Ricardo Salles, responsável pelo Meio Ambiente e também pela destruição de todos os mecanismos de preservação ambiental. O jornal francês *Le Monde* e o inglês *The Guardian* são dos mais críticos a Salles. Eles apontaram que o ministro usa uma retórica absurda para distorcer a imagem do trabalho daqueles que combatem o desmatamento. O objetivo, de acordo com os textos dos jornais, é continuar com a agenda de enfraquecimento da fiscalização e permitir o avanço dos interesses do mercado financeiro. A materialização dessa agenda é evidenciada pelo crescimento do desmatamento na Amazônia, que gerou diversas publicações.

Dentro do governo federal, uma das figuras mais

ilustres da nova direita brasileira também foi alvo de intensa cobertura na imprensa estrangeira: o ministro da Justiça, Sergio Moro. Até o mês de junho, os jornais do exterior olhavam para Moro com desconfiança porque ele foi o responsável pela condenação e prisão do ex-presidente Lula que era o líder nas pesquisas eleitorais e acabou impedido de concorrer. Entretanto, depois que o jornalista estadunidense revelou as conversas entre Sergio Moro e os procuradores da operação Lava Jato, a credibilidade do ministro foi reduzida a quase zero, e a operação que ele chefiava passou a ser vista como perseguição política a Lula.

Enquanto a imprensa tradicional brasileira ignorava o peso político do ex-presidente, jornais como *The Guardian*, *Le Monde* e diversos outros veículos do mundo foram até Curitiba para entrevistar Luiz Inácio Lula da Silva. Sua saída da prisão foi noticiada no mundo inteiro, que já tinha a informação de que o ex-presidente é vítima de uma perseguição política.

O valor de Bolsonaro para a imprensa tradicional

Entre todos os assuntos abordados pela imprensa tradicional em 2019, a reforma da Previdência certamente foi aquele que mais mobilizou esforços editoriais e defesas eloquentes por parte dos grandes grupos de comunicação. O posicionamento editorial da imprensa tradicional apenas reforça a cobertura tendenciosa realizada ao longo do ano pelos jornais em assuntos como a Previdência, com pouco ou nenhum espaço para o contraponto, já que a aprovação era estratégica para os empresários e amplamente defendida pelo projeto neoliberal.

Fica secundarizado na imprensa brasileira o desgaste da imagem do país em decorrência das desastrosas políticas ambiental, educacional e cultural, além do fato de que o Brasil é o segundo país com pior distribuição de renda do planeta, conforme revelou recente estudo da ONU.

Após a aprovação do texto no Senado, a *Folha de S.Paulo* publicou, em 3 de outubro: “Tudo considerado, a reforma não deixará de representar um passo expressivo no processo de reequilíbrio do orçamento federal. Trata-se do ajuste mais profundo da Previdência ao longo de mais de duas décadas de esforços”.

Também o *Estado* celebrou, após defender insistentemente a reforma da Previdência em inúmeros editoriais nos últimos dois anos pelo menos, e passou a voltar sua artilharia para a aprovação da PEC paralela, como mostra o texto editorial publicado em *Notas&Informações*, no dia 11 de novembro. “A reforma da Previdência deve ser celebrada como uma demonstração de maturidade institucional do país. Feitas as contas, porém, fica claro que, mais do que o fim de uma jornada, ela é só o primeiro passo no longo caminho que levará ao equilíbrio das contas públicas. Não se trata apenas de complementá-la com as reformas administrativa e tributária, mas de prosseguir até o fim o saneamento do sistema de aposentadorias e pensões”.

E prossegue: “Enquanto isso, os estados fazem bem em não perder tempo e elaborar suas próprias propostas. Em geral, elas tendem a replicar os principais pontos da reforma federal. Entre eles, a idade mínima para a aposentadoria de servidores homens (65 anos) e mulheres (62 anos), com pelo menos 25 anos de tempo de serviço, e também a elevação das alíquotas de contribuição”.

O *Globo* foi na mesma linha, desde a apresentação do projeto, como mostra o editorial publicado em fevereiro: “A apresentação formal da proposta de reforma da Previdência confirmou a impressão, tida a partir de algumas antecipações feitas e declarações de autoridades, de que ela tem coerência e atende à necessidade, entre outras, da correção de injustiças entre os regimes de seguridade. Além, por óbvio, de sinalizar que o Estado brasileiro, caso o Congresso aprove as propostas, poderá sair da rota da insolvência em que se encontra agora, devido aos gastos previdenciários descontrolados. O que inclui toda a Federação, ou seja, estados e municípios.”

Por outro lado, a política ambiental foi o tema que mais rendeu críticas ao governo Bolsonaro, com vários editoriais destacando a morosidade do governo para reagir ao surgimento das manchas de óleo e sua responsabilidade sobre o aumento das queimadas na Amazônia, que teve seu ápice nos meses de agosto e setembro. Contudo, mesmo nos textos que criticaram o caráter nocivo do governo para o meio ambiente e a imagem do Brasil no exterior, o grupos de comunicação aproveitaram para enaltecer a eficácia de Bolsonaro na aprovação das reformas.

MOVIMENTOS SOCIAIS



De um lado, o hiperindividualismo e a equivocada ideia de “empreendedor de si” são obstáculos à maior mobilização. De outro, a busca dos movimentos sociais pelas bases perdidas começa a alterar formas de ação.

Fazer junto com o povo, e não para o povo, eis o desafio

Centro de São Paulo, maior capital do país. O trânsito diminui o ritmo, quase para. Da janela do carro vê-se uma concentração de homens e mulheres, não muitos, mas com a ajuda da modesta aparelhagem de som, a mensagem deles chega aos ouvidos de quem passa por ali. São professores em manifestação convocada pelo sindicato da categoria. Ecoam palavras como “mobilização” e “greve”. Ao volante do carro, o motorista, que trabalha para um aplicativo, reclama do trânsito e critica os manifestantes: “Eu não posso fazer greve, porque eu sou meu próprio patrão. Esse tipo de coisa atrapalha os negócios”.

A passageira que estava no carro, a antropóloga Isabela Kalil, narra a cena como chave explicativa, ou ao menos como pista a ser investigada, para o pouco entusiasmo da maioria da população em protestar e participar de atos públicos, apesar de toda a sorte de retrocessos sociais, econômicos e políticos que assolaram o Brasil neste 2019.

“O que possibilitou terreno fértil para esses discursos de ódio e retirada de direitos que até anos atrás seriam impensáveis no espaço público?”, per-

guntou Isabela, em recente participação na série Seminários Avançados promovida pela Fundação Perseu Abramo.

Ela propõe algumas respostas, baseada em pesquisa que tem feito desde 2015 com grupos de eleitores identificados com os valores da extrema-direita hoje personificada no bolsonarismo. “Em antropologia há um conceito que chamamos noção de pessoa. Atualmente, se manifesta no seio do bolsonarismo a partir dessa ideia de “cidadão de bem”. Ela interpreta a atitude do motorista de aplicativo como manifestação nessa crença de fazer parte de um grupo seletivo que dispensa manifestação política por crer que não precisa, uma vez que estaria sob proteção do governo.

“É a primeira vez que temos um paradigma de governo que afirma publicamente que governa para os aliados e não para os que chama de inimigos. Isso marca de fato algo novo e muito sério. A democracia pelo menos existia como devir”, continuou a pesquisadora, deixando explícito que houve outros períodos em que se governou para minorias, sem que se afirmasse isso como lema.

Pacato cidadão de bem?

“A teoria política estabelecida afirma que o objetivo de um governante seria ampliar cada vez mais a sua base. Este aparente paradoxo é um desafio para a análise. Se o sucesso de um governo é ampliar cada vez mais a sua base, e se no caso atual, esta não é uma questão, o que passa a ser? Como medir o sucesso de um projeto? Sucesso nos próprios termos do projeto, bem entendido”. E complementa: “Isso só é possível numa diferente composição de configurações e forças, numa sociedade hiperindividualista, em que instituições – sindicatos, partidos – passam a ter menor importância – e numa sociedade que se move pela meritocracia e pelo empreendedorismo de si mesmo”.

Acreditar-se cidadão de bem e, portanto, credor de uma cobertura social que lhe é reservada em função de sua conduta e, ainda por cima, sentir-se o maior responsável pelo seu destino e merecedor de suas vitórias pode ser, então, a razão por trás da baixa adesão das pessoas aos diversos e muitos atos que os movimentos sociais construíram ao longo do ano que vai se encerrando.

Entre as lutas sociais que ganharam as ruas, a que maior participação teve foram os atos do movimento estudantil e dos trabalhadores das universidades públicas nos meses de maio e junho. As duas primeiras – dias 15 e 30 de maio – foram as maiores e que ocorreram no maior número de cidades brasileiras. Nas duas ocasiões, com a organização compartilhada entre diretórios estudantis, sindicatos de trabalhadores e familiares dos estudantes, a adesão superou as seguintes, quando a UNE passou a convocá-las sem dividir os créditos. A tão defendida unidade parece ter feito a diferença.

Quando o tema é a aparente apatia da população frente ao desmonte de políticas públicas e da retirada de direitos, a maioria lembra quase de pronto da chamada reforma da Previdência, que enfrentou resistência tibia apesar dos esforços das centrais sindicais em organizar protestos.

Linguagem popular e aberta

Na opinião de Rosana Pinheiro-Machado, autora do livro *Amanhã Vai Ser Maior – O que Aconteceu com o*

Brasil e Possíveis Rotas de Fuga para a Crise Atual, os movimentos sociais mais longevos e a esquerda em geral perderam em algum momento a capacidade de dialogar com as parcelas não-militantes da população e precisam reaprender a fazê-lo.

“Em primeiro lugar precisa disputar as pessoas, online e offline, e parar com a ideia de que existe uma cisão entre os dois. Você tem que voltar para a periferia para ver que a pessoa está sendo assaltada na parada de ônibus às onze da noite e que quer segurança pública, mas também precisa saber disputar as redes dentro de uma perspectiva de diálogo. Quando as insurgências e contradições vierem, e todos os trabalhadores trouxerem contradições, é preciso trabalhar para recrutar essas pessoas e trabalhá-las politicamente”, afirmou a também antropóloga em entrevista ao jornal *El País*, no início de dezembro.

“Mesmo antes das fake news a direita já fazia isso muito bem. A gente precisa fazer material de qualidade com uma linguagem popular e aberta, que dê respostas à população. Em segundo lugar, temos de fugir do populismo. Significa que não podemos dizer que a solução para a segurança pública é dar armas para as pessoas, mas sim oferecer um projeto para a população. E hoje não enxergo para onde as esquerdas estão indo com relação a projetos. Elas ainda estão na defensiva. É horrível o que aconteceu, mas é preciso trabalhar na construção de alianças democráticas. Primeiro para derrotar o fascismo e, depois, para construir programa de emprego e trabalho no século 21, na educação, na saúde... Mas em termos de propostas, o que há de radical, de revolucionário, na esquerda brasileira? Que diga para um trabalhador que há um caminho? Quem tem a coragem de ser visionário, de ousar, de ser louco, de pensar algo que ninguém pensou?”, completou.

Ao que parece, ninguém se arrisca a contestar a já decantada pregação do “retorno às periferias” para reaglutinar forças. Na Fundação Perseu Abramo, o projeto Reconexão Periferias consolidou em seu segundo ano de existência um amplo arco de parcerias e ações em conjunto com coletivos das populações periféricas. Em seminário nacional realizado em dezembro, acadêmicos e representantes de coletivos periféricos foram unânimes ao defen-

der que reconectar é fazer junto, é fazer com, e não para as periferias.

Menos caminhão de som, mais conversa

Para a CUT e as centrais sindicais, habituadas em anos recentes ao gigantismo de mobilizações de rua como termômetro de popularidade e acerto estratégico, o mês de dezembro de 2019 inaugura um método de trabalho aparentado de tempos mais remotos e que igualmente marca a crença de que os movimentos têm de ir aonde o povo está. Pequenos grupos – dirigentes incluídos – sem o auxílio de grandes, ruidosos e fumacentos caminhões de som foram a terminais de ônibus, trem e metrô e em ruas de comércio popular para distribuir panfletos e conversar com as pessoas sobre a retirada de direitos representada por projetos como o da carteira de trabalho verde e amarela.

O método será priorizado nos meses seguintes, segundo resolução aprovada pela nova direção nacional eleita, que, em determinado trecho, defende: “Será necessária uma forte articulação de pressão nos espaços institucionais de decisão e, principalmente, uma ampla articulação e organização com as centrais, os movimentos sociais e populares, organizações da sociedade civil e setores democráticos e progressistas comprometidos, particularmente as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, para dialogar com o povo nas periferias, os trabalhadores nos locais de trabalho e na informalidade, e defender as conquistas e políticas sociais que estão sendo destruídas”.

Entre outros objetivos, a ação tenta alcançar aqueles que não estão felizes com o atual governo, mas também não conseguem enxergar aliados em instituições existentes. O fenômeno é captado por pesquisas de opinião recentes, que mostram aumento da desaprovação ao bolsonarismo que, no entanto, não migra para outras preferências políticas. Na opinião do cientista político André Singer, manifestada em recente encontro na Fundação Perseu Abramo, o desafio é falar com essas pessoas antes que novos aventureiros o façam.

O medo pode ser apontado como outra razão para o retraimento do vigor contestatório, lembra o di-

rigente Gilmar Mauro, do MST. Ele destaca que a impossibilidade de desapropriação de terras para fins de reforma agrária – o programa simplesmente foi suspenso pelo atual governo federal – e o recrudescimento da violência contra lideranças populares e contra pobres em geral desaconselham firmemente ações de ocupação.

Cantar e dançar junto

Por outro lado, justamente o enfrentamento à violência oficial contra a população gerou manifestações importantes, especialmente no segundo semestre do ano. A morte, em setembro, da menina Ágatha Félix (uma das 1.424 pessoas mortas por balas perdidas ou tiroteios no Rio até novembro, segundo a plataforma Fogo Cruzado) e o Massacre de Paraisópolis, no primeiro dia de dezembro, em São Paulo, foram os casos que mais mobilização geraram neste tema, em um ano especialmente violento, desta vez com a marca da aprovação ou estímulo oficial.

A repressão também vem ceifando vidas de lideranças e encarcerando outras. De uma delas, Preta Ferreira, liderança de luta por moradia digna em São Paulo, presa por cem dias a partir de acusação falsa, vem uma receita de luta renovada: “Acho que temos de parar de falar só conosco mesmos. Temos de falar com as outras pessoas que não conhecem os seus direitos, que estão sendo roubadas. Temos de começar a trazer as pessoas para o nosso lado. Que não é o nosso lado, o meu lado, é o lado de todo mundo. É o lado do povo. A arte faz muito isso. A comida faz muito isso. Então, quando for cear, chame outras pessoas para cear. Se for cantar, chame outras pessoas para cantar, para dançar junto. Aí começam a proliferar outras ideias. Por que essas pessoas podem estar tão iludidas, e pela falta de conhecimento, começam a pregar o ódio”. O Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), no qual milita Preta, que também é cantora, notabiliza-se por abrir suas ocupações e assentamentos urbanos para o público em geral, em festas, seminários, debates. Tem atraído pessoas de diferentes estratos sociais, sem perder o acento negro e periférico que é não só sua marca, mas seu orgulho.



F U N D A Ç ã O

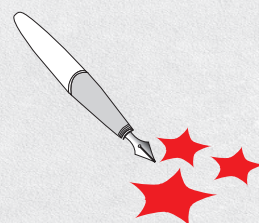
Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: William Nozaki. Equipe editorial: Antonio Carlos Carvalho (advogado); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Sergio Honório (engenheiro); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Luana Forlini (internacionalista); Matheus Toledo, Vilma Bokany, Jordana Dias Pereira e Paulo C. Ramos (sociólogos); Eduardo Tadeu Pereira (historiador); Rose Silva, Pedro Simon Camarão e Isaías Dalle (jornalistas); Leo Casalinho e Pedro Barciela (análise de redes sociais). Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 17 de dezembro de 2019. Foto da capa: Paulo Pinto/ Agência PT.

BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA



F U N D A Ç ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091

Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br